

10 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

● JUDICIÁRIO

## Presidente do TJ é contra redução do Órgão Especial

### Presidente do TJ se opõe à redução do Órgão Especial

Julgamento sobre a  
proposta de  
diminuir o número  
de integrantes de 25  
para até 11 foi adiado  
para dezembro

*Katia Brembatti*

● A novela sobre a possibilidade de redução no Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná ganhou mais um capítulo: Paulo Vasconcelos, presidente do TJ, antecipou seu voto, defendendo a manutenção do número de integrantes e alegando que a pluralidade de opiniões é benéfica para os julgamentos. “Sou contra porque é mais democrático com 25 desembargadores.” Depois que sua declaração foi divulgada pela **Gazeta do Povo** e pela RPC na sexta-feira, outros magistrados se manifestaram em mídias sociais pela manutenção do número de integrantes. Todos os 120 desembargadores têm direito a votar a proposta.

Como o TJ vive um momento pré-eleitoral — a escolha da cúpula que vai comandar o Tribunal nos próximos dois anos ocorrerá em novembro —, Vasconcelos também disse que prefere manter um ambiente mais “harmonioso” e decidiu colocar em vota-

ção a possibilidade de redução do Órgão Especial apenas em dezembro (mas ainda antes do fim do seu mandato, em 1.º de fevereiro).

O Órgão Especial é a estrutura responsável por alguns dos mais importantes julgamentos do Paraná. Graças a uma mudança na Constituição Estadual, o número de membros pode ser reduzido dos atuais 25 desembargadores para um mínimo de 11. Entidades e juristas já se manifestaram contrários à diminuição. O receio é de que decisões muito estratégicas e relevantes, como autorização de abertura de denúncia criminal contra deputados e secretários estaduais, sejam tomadas por um grupo reduzido.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) alegaram que a redução significaria “mais poder nas mãos de menos pessoas”. Em entrevista à RPC exibida na quinta-feira, dia 6, o jurista Ives Gandra Martins declarou que “o debate tem de ser o mais amplo possível e a discussão em Órgão Especial com 25 integrantes permite soluções jurídicas mais adequadas”. Entre os argumentos de quem defende a diminuição está a sobrecarga de trabalho para desembargadores que analisam paralelamente processos do Órgão e da Câmara a que pertencem.

#### Histórico

Em entrevista à **Gazeta do Povo**, Vasconcelos disse que a discussão sobre a composição

do Órgão Especial existe desde 2008, mas foi novamente provocada por alguns dos desembargadores mais antigos, alertando que a legislação estadual, que fixava o número em 25, estava em dissonância com a federal, que estabelece a possibilidade de variação entre 11 e 25. O próprio Órgão Especial aprovou o encaminhamento da proposta, mas a alteração exigia uma proposta de emenda constitucional (PEC), que precisava ser enviada diretamente pelo governador Beto Richa à Assembleia Legislativa. Vasconcelos, então, enviou ofício solicitando o prosseguimento da PEC.

A mudança foi aprovada pelos deputados em abril, mas não representa alteração automática — qualquer redução do Órgão Especial ainda tem de ser aprovada pelo Pleno, formado pelos 120 desembargadores do tribunal. Em julho, o caso começou a ser debatido, juntamente com a proposta de criação de duas varas cíveis, mas, por razões orçamentárias, os magistrados adiaram a votação.

Nos bastidores do TJ e também em alguns comentários durante sessões públicas em setembro, a possibilidade de redução do Órgão Especial voltou à tona. Diante do burburinho em torno do caso, Vasconcelos decidiu se manifestar, declarando-se contrário à diminuição, assim como no passado, quando votou pela manutenção no número de integrantes. Ele destacou que essa é a sua posição pessoal, não como presidente do TJ.

**CONTINUA**



**“Quanto mais membros [no Órgão Especial], melhor.”**

Paulo Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

### **E CONOMIA?**

A eventual redução no Órgão Especial do TJ não representaria economia para os cofres públicos, pois os desembargadores, tanto os que permanecessem quanto os que saíssem do Órgão Especial, continuariam recebendo exatamente os mesmos salários.

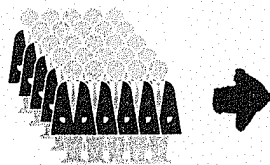
### **DISTRIBUIÇÃO DE FORÇAS**

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça é um colegiado de desembargadores encarregado de algumas das mais importantes decisões do Judiciário.

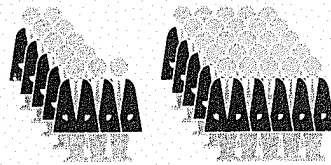
### **Órgão Especial**

Hoje

Nova lei



**25** magistrados



**11** até... **25** magistrados

### **Estrutura**

Do total de magistrados do conselho:

**3** {

- Presidente
- 1º Vice-presidente
- Corregedor-geral

+

**50%**  
por tempo  
de serviço  
(critério de  
antiguidade)



**50%**  
por  
eleição

**CONTINUA**

10 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### QUESTÃO

O que faz o Órgão Especial do Tribunal de Justiça?

#### Entre as atribuições do Órgão Especial, estão:

- Processar e julgar originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, os deputados estaduais, os juízes de Direito e juízes substitutos, os secretários de Estado e os membros do Ministério Público, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, e, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado;
- Aprovar a proposta do orçamento da despesa do Poder Judiciário;
- Deliberar sobre pedido de informação de comissão parlamentar de inquérito;
- Propor ao Poder Legislativo a criação ou extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- Autorizar a instalação de Câmaras, Comarcas, Varas e Ofícios de Justiça;
- Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar contra magistrado, aplicando as penalidades cabíveis;
- Indicar os magistrados para efeito de remoção, opção e promoção em primeiro grau de jurisdição;
- Solicitar ao STF, pela maioria absoluta de seus membros, a intervenção da União no estado;
- Proceder à investigação de crime, em tese, praticado por juiz.

10 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## PR tem 17 prefeitos eleitos sendo julgados

145 dos candidatos mais votados no Brasil estão com a candidatura indeferida e aguardam julgamento da Justiça Eleitoral

*Kelli Kadanus*

●Dezessete cidades do Paraná vivem a incerteza de não ter um prefeito eleito para assumir a gestão a partir de 2017.

Os candidatos mais votados nessas cidades tiveram a candidatura indeferida e aguardam julgamento de recurso na Justiça Eleitoral.

Segundo a legislação eleitoral, esses candidatos puderam realizar todos os atos de campanha e tiveram o nome e número nas urnas eletrônicas. Porém, os votos só podem ser computados se a Justiça Eleitoral deferir o registro da candidatura.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a expectativa é de que todos os recursos sejam julgados até o dia 19 de dezembro. Em todo o país são 145 as cidades em que o candidato mais votado aguarda julgamento de recurso.

Caso os registros não sejam deferidos, os municípios vão ter de realizar novas eleições no prazo de 60 dias a partir do julgamento. Caso alguma cidade não tenha escolhido um prefeito

### SEM PREFEITO

A lista de municípios que ainda não conhecem o prefeito que vai assumir no ano que vem inclui: Cambará, Colorado, Congonhinhas, Cruzeiro do Iguaçu, Cruzmaltina, Foz do Iguaçu, Moreira Sales, Nova América da Colina, Nova Fátima, Pirai do Sul, Primeiro de Maio, Quatiguá, Reserva do Iguaçu, Roncador e São Pedro do Iguaçu.

até o dia 1.º de janeiro, quem assume temporariamente a prefeitura é o presidente da Câmara de Vereadores do município.

Em duas cidades do Paraná, a situação é ainda mais grave. Em Jaguariaíva e Sertanópolis, todos os candidatos que concorreram tiveram a candidatura indeferida pela Justiça Eleitoral e aguardam recurso. Se nenhum dos candidatos tiver a situação normalizada, as cidades terão de organizar novas eleições com candidatos diferentes.

Em Jaguariaíva, o candidato mais votado foi o atual prefeito Juca (PHS), com 11,6 mil votos. Os candidatos Ademar (PSDB) e Renata Baroni (SD) também aguardam recursos na Justiça para o deferimento das candidaturas. Já em Sertanópolis, o prefeito Tide Balzanello (PDT) conquistou a maioria dos votos na cidade: 6,2 mil. O outro candidato, Dr Luís (PMDB) também teve a candidatura indeferida.

10 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

## Para urbanistas, Greca é um estranho no ninho

O CAU-PR (Conselho e Arquitetura e Urbanismo do Paraná) espera para hoje a liminar que impede o candidato do PMN à prefeitura de Curitiba, Rafael Greca, de se apresentar como engenheiro-urbanista. Engenheiro civil e economista, Greca se intitula urbanista por ter feito uma especialização na área, o que levou o CAU a interpellá-lo para que deixasse de se apresentar como tal. "Especialização não dá titulação, só a graduação", disse à coluna o presidente do Conselho, o arquiteto e urbanista Jeferson Dantas Navolar. Ele afirmou que Greca havia se comprometido a deixar de se apresentar como tal, mas como não vem cumprindo com o prometido, a diretoria do CAU recorreu à justiça.

10 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## “Elite estatal” ocupa seis das dez categorias mais bem pagas

Estudo também encontrou disparidade entre carreiras que exigem a mesma formação, na comparação entre serviço público e iniciativa privada

SAO PAULO

Estadão Conteúdo

Entre as dez categorias profissionais mais bem remuneradas do país, seis fazem parte da chamada elite do funcionalismo público e uma tem concessão pública, o dono de cartório. Assim, sete das atividades profissionais mais rentáveis do Brasil estão associadas à estrutura estatal. O ranking foi elaborado pelo pesquisador José Roberto Afonso, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). A sua base de dados é oficial: o relatório “Grandes Números”, divulgado recentemente pela própria Receita Federal a partir de declarações de Imposto de Renda Pessoa Física de 2015, com valores de 2014.

A categoria recordista em ganhos é o titular de cartório, atividade híbrida entre o público e o privado. Na média, por ano, o rendimento anual apresentado na declaração de Imposto de Renda do dono de cartório fica em R\$ 1,1 milhão. Um detalhe que impres-

siona é o nível de concentração de riqueza nessa camada. Os ganhos dos 9.409 donos de cartórios somam quase R\$ 11 bilhões, cifra equivalente ao resultado de grandes conglomerados empresariais, como a cervejaria Ambev, que tem lucro anual de R\$ 12 bilhões. Na sequência, em segundo, terceiro e quarto lugares, bem como em sexto, sétimo e oitavo entre os recordistas de ganhos, estão carreiras típicas do Estado (veja lista nesta página).

O relatório atual traz informações de 27 milhões de pessoas, distribuídas em 133 categorias profissionais. O rendimento do conjunto, no agregado, soma R\$ 1,4 trilhão por ano. Ao fazer uma divisão simples do bolo, José Roberto Afonso chegou à conclusão de que a fatia da população brasileira que declara Imposto de Renda ganha, na média, por ano, R\$ 87 mil — 58 categorias recebem acima desse valor e 77, abaixo disso. Nessa ótica, promotores, procuradores, juízes e integrantes de Tribunais de Contas, por exemplo, recebem cerca de seis vezes mais que a média dos declarantes de Imposto de Renda no país.

Afonso atribui a disparidade, entre outras razões, à dinâmica do orçamento e dos gastos entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário: “A crise fiscal atual revela que o debate das dificuldades está concentrado no Poder Executivo, enquanto os de-

mais poderes seguem gerindo as suas folhas salariais e os seus orçamentos como se nenhuma crise estivesse ocorrendo no país. Reajustes fortes têm sido dados para essa elite do setor público, enquanto a imensa maioria dos servidores públicos não é tão beneficiada”.

### OS MAIS BEM PAGOS

As dez categorias mais bem pagas do país, de acordo com dados de declarações do IR (valores anuais):

1. Titulares de cartório  
R\$ 1,1 MILHÃO
2. Promotores e procuradores do Ministério Público  
R\$ 530 MIL
3. Juízes e integrantes dos Tribunais de Contas  
R\$ 512 MIL
4. Diplomatas  
R\$ 330 MIL
5. Médicos  
R\$ 305 MIL
6. Advogados do setor público  
R\$ 280 MIL
7. Servidores de carreira do Banco Central, da CVM e da Susep  
R\$ 270 MIL
8. Servidores das carreiras de auditoria fiscal e de fiscalização  
R\$ 265 MIL
9. Pilotos de avião  
R\$ 250 MIL
10. Atletas  
R\$ 210 MIL

CONTINUA

**1 0 OUT 2016**

# **GAZETA DO POVO**

**CONTINUAÇÃO**

## **EMPRESÁRIOS**

Os dirigentes de empresas aparecem apenas em 30º lugar, com ganho médio anual de R\$ 138 mil. Isso ocorre porque parte dos seus ganhos se enquadra como rendimento não tributável, como lucros e dividendos. Outros recebem como pessoa jurídica. José Roberto Afonso reforça que essa categoria é ampla e diversa. Inclui o presidente de uma multinacional, o dono de uma loja de ferragens e o profissional "contratado" como empresa, porque cresce a chamada "pejotização".

08 OUT 2016

09 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA

## Um órgão que não merece redução

Um dos grandes temas em discussão no âmbito do Poder Judiciário do Paraná é a possibilidade de redução do número de desembargadores integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, autorizada com a aprovação da Emenda Constitucional 36/2016. Longe de dizer respeito apenas ao funcionamento do tribunal, este tema se mostra importante para toda a sociedade, pois entre as atribuições daquele colegiado especial estão temas de grande relevo, que precisam de amplo debate e análise jurídica.

O artigo 83 do seu Regimento Interno determina que cabe ao Órgão Especial do TJPR julgar magistrados, pedidos de intervenção federal, ações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais contestados em face da mesma Constituição Estadual que foi alterada para possibilitar essa redução do Órgão Especial.

A importância desse órgão é enorme. Também compete a ele julgar mandados de segurança, impedimentos e suspeições opostas aos magistrados, além de conduzir questões administrativas como anteprojetos de lei que alterem a própria estrutura do Poder Judiciário, o orçamento e a movimentação na carreira da magistratura. É lá no Órgão Especial que os desembargadores julgam — em mandado de segurança — atos do próprio governador do estado e do presidente da Assembleia Legislativa, entre outras autoridades importantes da cena estadual. Julga ainda os deputados estaduais e secretários de Estado denunciados por crimes comuns e de responsabilidade. Atribuições que não à toa justificam esse adjetivo de “especial”.

Não se desconhecem as grandes responsabilidades dos integrantes do referido Órgão Especial, razão pela qual quanto mais desembargadores participarem das decisões afeitas àquele colegiado, mais substancial será o debate, mais justa a decisão e mais democrática a solução proposta para os problemas do próprio Judiciário. Maior a certeza de que as decisões judiciais serão acertadas.

Poucos temas uniram tanto a comunidade jurídica do Paraná. Advogados, juízes (por meio da Amapar) e membros do Ministério Público fazem eco ao posicionamento de diversos desembargadores que também se mostram contrários à redução do número do Órgão Especial do TJPR, que concentra tanta responsabilidade, pois nas mãos dos seus integrantes estão os grandes temas do Judiciário paranaense.

É sabido que a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná tem entre as suas finalidades legalmente definidas defender a própria Constituição Federal e estadual, o Estado Democrático de Direito e acompanhar o funcionamento do Poder Judiciário em todo o estado.

Se o Poder Judiciário do estado do Paraná tem mostrado melhorias na sua estrutura nos últimos anos, com a criação de novas comarcas, aplicação do número de magistrados, funcionários e estrutura, isso demonstra a necessidade de manutenção do número de desembargadores no Órgão Especial do TJPR, pois a redução se mostraria um contrassenso ao aumento das próprias demandas julgadas pelo Órgão Especial.

A preocupação do Poder Judiciário deve, em nossa análise, se voltar ainda mais para os problemas remanescentes na primeira instância, que se potencializam com o aumento da população e da sempre necessária ampliação do acesso à Justiça. Se existem problemas de celeridade do julgamento dos processos no âmbito do Órgão Especial, isso não pode ser atribuído aos fundamentais debates jurídicos ali travados, pois há outros mecanismos à disposição do TJPR para acelerar os julgamentos, inclusive com sugestões que serão apresentadas pela OAB-PR em ofício a ser encaminhado à presidência do TJPR nos próximos dias.

Não se viu nenhuma razão nos argumentos daqueles que defendem a redução. Por isso, a advocacia do Paraná — que hoje conta com mais de 58,5 mil profissionais ativos — se posiciona de forma contrária à proposta de redução. Aniquilar cadeiras no Órgão Especial faria do Paraná um caso único no cenário nacional. Pelo conjunto de fatos aqui apresentado, a OAB-PR coloca-se frontalmente contra a proposta, pois entende que essa medida concentra poder e, na prática, representa o encolhimento da democracia.

José Augusto Araújo de Noronha é presidente da OAB Paraná.



08 OUT 2016  
09 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## Execução da pena a partir da 2.<sup>a</sup> instância deve desafogar tribunais superiores

Mesmo assim, advogados criticam decisão e consideram que erros nas condenações devem gerar até indenização

*Joana Neitsch*

● A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determina que a execução da pena deve ocorrer a partir da decisão em segunda instância está sendo comemorada por alguns setores da sociedade como um passo importante para combater a impunidade. Além disso, o novo entendimento sobre a legislação é considerado um passo para prestigiar as decisões dos juízes de primeiro e segundo grau e pode até reduzir a sobrecarga de processos nos tribunais superiores. Por outro lado, juristas apontam consequências da decisão que podem não ser positivas tanto do ponto de vista conceitual quanto do prático, pois o posicionamento do Supremo poderia gerar um aumento do encarceramento e o Estado ser obrigado a indenizar aqueles que cumprirem pena indevidamente.

Para o juiz federal Anderson Furlan, que já presidiu a Associação dos Juizes Federais do Paraná (Apajufe), sem a possibilidade de incontáveis

recursos para evitar a prisão, a tendência é a de que a quantidade de recursos no STF e no STJ diminua.

Furlan considera ainda que o posicionamento do STF “reestabelece a racionalidade do sistema penal, uma vez que uma decisão condenatória é reavaliada por um tribunal”. O juiz cita como exemplo um caso em que um magistrado de primeiro grau toma uma decisão sobre falsidade de um documento público com base no conceito estabelecido pelo STJ. O segundo grau de jurisdição reconhece a decisão e, se chegar um recurso ao STJ, caberá à corte superior reiterar o que já definiu no passado. “Não obstante o fundamento seja igual, as partes querem interpor recurso, simplesmente para protelar o cumprimento da pena”, diz Furlan.

### **Críticas**

Para pesquisadora Heloísa Machado de Almeida do projeto Supremo em Pauta, da FGV-São Paulo, caberia ao STF, ao julgar as ações, analisar a constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal (CPP) e não fazer

uma livre interpretação do princípio da presunção de inocência. Para ela, o Supremo alterou uma legislação que estava em bastante consonância com a Constituição.

Para o jurista René Ariel Dotti, “a demora de julgamento não pode ser debitada nem ao réu, nem ao seu advogado”. Na opinião dele, não se pode restringir direitos para compensar a falta de estrutura do Judiciário. Ele cita como exemplo o Superior Tribunal de Justiça (STJ) que quando foi criado, em 1989, era composto por 33 ministros e tinha 6.103 processos; e em 2015 são 332.905 processos e a mesma quantidade de ministros.

A pesquisadora da FGV-São Paulo avalia ainda que a decisão deve “abarrotar presídios” e que não somente os réus de colarinho branco serão presos antes do trânsito em julgado, mas todos. Na opinião dela, não se deveria suprimir direitos dos que têm mais condições, mas dar mais oportunidade de defesa aos mais pobres: “A ideia de estado de direito é uma ideia que sirva aos pobres e aos ricos.

**CONTINUA**

“A demora de julgamento não pode ser debitada nem ao réu, nem ao seu advogado”

René Ariel Dotti, jurista.

08 OUT 2016

09 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Tanto Dotti quanto Heloisa apostam que decisões que sejam revertidas em instâncias superiores podem acabar gerando direito à indenização por aqueles que cumpriram pena indevidamente.

“Haverá indenização caso haja erro judicial e privação de liberdade constitucional”, diz a professora da FGV.

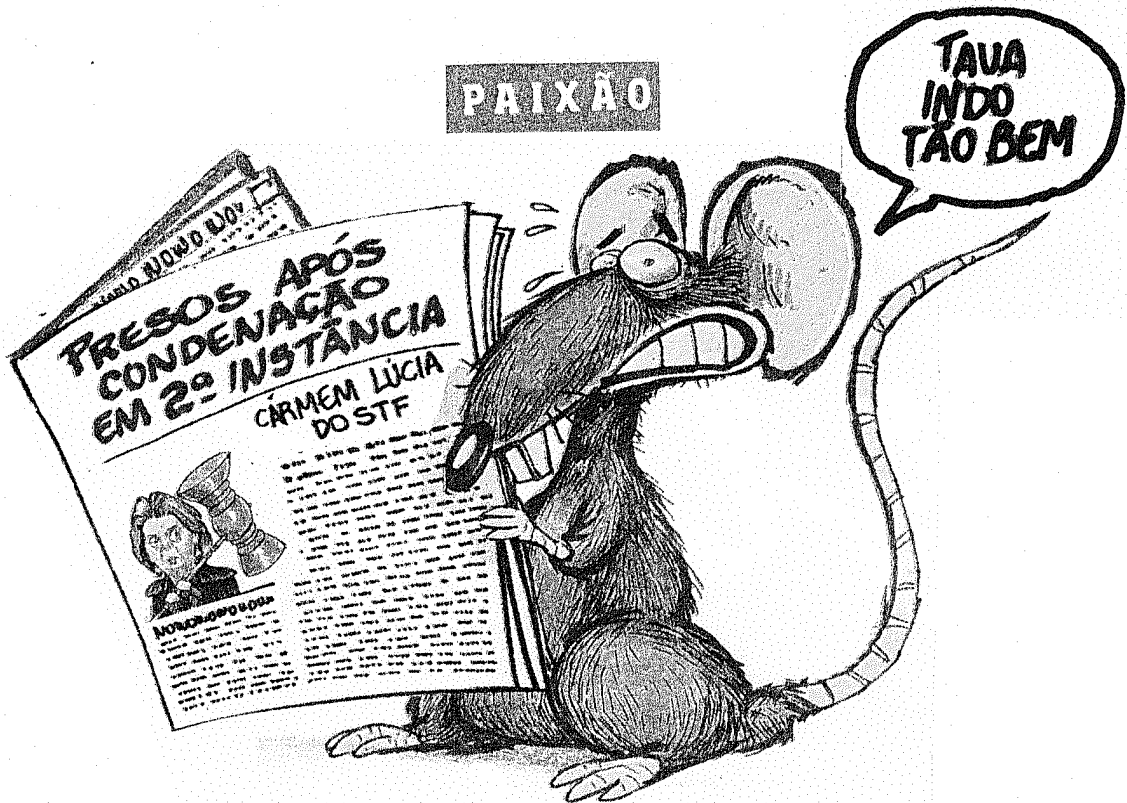
Furlan considera a possibilidade de indenização improvável: “A jurisprudência é pacífica no sentido de que não é possível. Não cabem indenização por decisões do Judiciário”.

08 OUT 2016

09 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

PAIXÃO



08 OUT 2016

09 OUT 2016

# GAZETA DO POVO

## Procuradoria alerta que PEC do Teto fere a Constituição

• A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ao Congresso Nacional nota técnica na sexta-feira (7) pedindo o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um teto para o gasto público, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Caso o Legislativo “não aceite a inconstitucionalidade” do projeto, a PGR propõe uma série de sugestões, como a redução do prazo de vigência da medida pela metade. O órgão afirma no documento que a proposta é inconstitucional, fere a cláusula pétrea da separação dos poderes e ameaça as ações de combate à corrupção da Justiça.

Para a PGR, a PEC cria uma ideia de “superórgão” do Poder Executivo que, “a pretexto de trazer a trajetória da dívida pública para níveis sustentáveis, passará a controlar os demais poderes ainda que de maneira indireta, inviabilizando o cumprimento de suas funções constitucionais e institucionais”.

No texto, assinado pelo secretário de Relações Institucionais da PGR, o procurador da República Peterson de Paula Pereira, o órgão considera que a proposta é “flagrantemente inconstitucional” e “ofende” a independência e autonomia do Judiciário, do Ministério Público e das defensorias públicas.

“A PEC 241 institui o Novo Regime Fiscal pelos próximos 20 anos, prazo longo o suficiente para limitar, prejudicar, enfraquecer o desempenho do Poder Judiciário e demais instituições do Sistema de Justiça e, nesse alcance, diminuir a atuação estatal no combate às demandas de que necessita a sociedade, entre as quais o combate à corrupção”, diz o texto. A PGR afirma que é louvável “fazer melhor, com menos”, mas que em 20 anos “há clara extrapolação do limite do razoável”, que pode “minar, corroer, abalar, arruinar, diminuir e engessar” o Judiciário.

Na nota técnica, o órgão declara que a PEC invade a competência orçamentária do Judiciário de maneira “drástica e indiscriminada”, podendo inviabilizar o exercício das funções constitucionais e institucionais da Justiça brasileira.

“A PEC 241 institui o Novo Regime Fiscal pelos próximos 20 anos, prazo longo o suficiente para limitar, prejudicar, enfraquecer o desempenho do Poder Judiciário e demais instituições do Sistema de Justiça.”

Peterson de Paula Pereira, secretário de Relações Institucionais da PGR.

**08 OUT 2016**

**09 OUT 2016**

# **GAZETA DO POVO**

## **CORREÇÃO**

Diferentemente do publicado na reportagem "Relator da Lava Jato fatia 'inquérito-mãe' e inclui Lula nas investigações no STF", publicada na edição de sexta-feira (7) da Gazeta do Povo, a JBS esclarece que não é dona da Eldorado Brasil Celulose. A JBS e a Eldorado Brasil pertencem ao grupo J&F Investimentos.

## Educação: duas tragédias estão à espreita

**D**iante da ameaça de uma nova greve do funcionalismo, que se sente lesado pela suspensão do acordo que lhe garantia reposição salarial, o governador Beto Richa de novo troca as mãos pelos pés. Foi dele a iniciativa de “politizar” o movimento liderado pelo magistério ao declarar que ele se deve ao “mesmo sindicato que estava aí defendendo a Dilma, o Lula, o ‘Fora Temer’”. [...] Então, será que essas pessoas têm credibilidade?”

Richa não está errado ao identificar a mão pesada do grupo político-partidário que embala o berço grevista, mas o que falou serve apenas para açular os ânimos e não para criar o clima minimamente indispensável para evitar duas tragédias.

A maior de todas as tragédias é a paralisação das aulas já quase no fim do ano letivo, o que apenas contribui para a piora da qualidade do ensino e para a desorganização do já abalado sistema educacional do estado. Trata-se de um prejuízo que avaliações como o Ideb e o Enem põem à luz do dia.

A segunda tragédia é a contribuição que o próprio governador dá, com sua declaração, para fermentar a radicalização das posições, fechando já na primeira hora as portas para uma negociação madura, de caráter técnico e jurídico.

Ao assumir tal postura, Richa corre o risco de perder o apoio de um segmento expressivo da população e que, de modo geral, não tem megafones para se expressar — os pais, as famílias dos alunos prejudicados com a paralisação das aulas. Uma multidão para a qual, tradicionalmente, os líderes do sindicato grevista não dão a devida importância.

A motivação para a greve — que pode se iniciar logo após o feriado do dia 12 e

se prolongar por tempo indefinido — está na decisão do governo de suspender a reposição da inflação nos salários do funcionalismo, que deveria vigorar a partir de janeiro próximo. Prevista em lei aprovada pela Assembleia, a promessa de reajuste fez parte do acordo firmado com os servidores para dar fim às agitações de 2015, cujo auge foi histórica batalha do Centro Cívico em 29 de abril. Do ponto de vista jurídico e de obediência às leis que ele próprio sancionou, nota zero para Richa.

O atentado jurídico, porém, poderia ser relativizado diante da realidade financeira e econômica. Como o Paraná está longe de ser uma ilha de prosperidade em meio à crise das finanças públicas Brasil afora, é razoável imaginar que, de fato, o caixa estadual não suporte os concomitantes reajustes, promoções e progressões nas carreiras. Tudo somado, segundo o governo, isto representaria um acréscimo de R\$ 3 bilhões na folha de pessoal, ultrapassando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se é assim, seria mesmo insensato e irresponsável aplicar todos os benefícios de uma só vez.

A expectativa era de que, com transparência e disposição para o diálogo, sem radicalizações, fosse possível — mais uma vez — um acordo menos pior para todos, principalmente para o lado mais numeroso porém mais frágil da cadeia do sistema educacional público — os estudantes e suas famílias. O governador poderia ter dado esta contribuição.

**GAZETA DO POVO –**

**7/10/2016 -**

**07 OUT 2016**

**KÁTIA BREMBATTI**

**JUDICIÁRIO**

**Presidente do TJ abre voto  
e diz que é contrário à  
redução do Órgão Especial**

**Paulo Vasconcelos também afirmou  
que só colocará o caso em  
apreciação em dezembro, depois da  
eleição da cúpula do Tribunal**

Paulo Vasconcelos, presidente do Tribunal  
de Justiça do Paraná Albari Rosa/Gazeta do  
Povo

**CONTINUA**

“Sou contra porque é mais democrático com 25 desembargadores.” Assim o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Paulo Vasconcelos, se posicionou, na tarde desta sexta-feira (7) sobre a polêmica em torno da possibilidade de redução do número de integrantes do Órgão Especial. A instância do Judiciário que é responsável por alguns dos mais importantes julgamentos do Paraná é atualmente composta por 25 desembargadores. Contudo, graças a uma mudança na Constituição Estadual, o número de membros pode ser reduzido até para onze. Entidades e juristas já se manifestaram contrárias à diminuição. O receio é de que decisões muito estratégicas e relevantes, como autorização de abertura de denúncia criminal contra deputados e secretários estaduais, sejam tomadas por um grupo reduzido de pessoas.

**CONTINUA**



## **CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO**

Mas, afinal, o que faz o Órgão Especial do TJ?

**07 OUT 2016**

**Confira a composição do Órgão Especial  
Julgamento da aceitação de  
denúncia criminal contra Justus é  
adiada mais uma vez**

Vasconcelos esclareceu que a discussão sobre a composição do Órgão Especial é antiga: um projeto foi encaminhado em 2008 e acabou sendo deixado de lado. Recentemente, foi novamente provocada por alguns dos mais antigos desembargadores do TJ, que alertaram que a legislação estadual estava em dissonância com a federal, que estabelece a quantidade de integrantes entre 11 e 25. Ele então colocou o assunto em votação no próprio Órgão Especial, que decidiu por propor a mudança legal. Como se tratava de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), o caso precisava ser enviado diretamente pelo governador Beto Richa (PSDB) à

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO** **GAZETA DO POVO**

Assembleia Legislativa. Vasconcelos alega que apenas mandou ofício pedindo que a PEC tivesse prosseguimento. A mudança acabou aprovada pelos deputados em abril.

**07 OUT 2016**

O presidente do TJ afirma, contudo, que se trata apenas de uma adequação do texto da lei e que a possibilidade de redução precisaria ser discutida pelo Pleno, formado pelos 120 desembargadores que compõem o tribunal. Em julho, o caso começou a ser debatido, juntamente com a proposta de criação de duas varas cíveis, mas diante de incertezas orçamentárias, os magistrados optaram por adiar a votação.

Nos bastidores do TJ e também em alguns comentários durante sessões públicas, a possibilidade de redução do Órgão Especial voltou à tona. Diante do burburinho em torno do caso, Vasconcelos decidiu se manifestar, declarando que é contrário à diminuição, assim como no passado,

**CONTINUA**

**07 OUT 2016**

**CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO**

quando já votou pela manutenção no número de integrantes. Ele destacou que essa é a sua posição pessoal, não como presidente do TJ. “Quanto mais membros, melhor”, ponderando que a pluralidade de opiniões é benéfica para os julgamentos.

Como o TJ vive um momento pré-eleitoral – a escolha da cúpula que vai comandar o Tribunal nos próximos dois anos acontecerá em novembro –, Vasconcelos disse que prefere manter um ambiente mais “harmonioso” e decidiu colocar em votação a possibilidade de redução do Órgão Especial apenas em dezembro (mas ainda antes do fim do mandato, em 1º de fevereiro).

### **Contrários**

Entre os argumentos de quem defende a diminuição estaria a sobrecarga de trabalho para desembargadores que analisam paralelamente processos do Órgão e das câmaras a que pertencem.

**CONTINUA**

A possibilidade de redução na composição é criticada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), com a alegação de que seria “mais poder nas mãos de menos pessoas”. Em entrevista à **RPC** exibida na quinta-feira (6), o jurista Ives Gandra Martins declarou que “o debate tem que ser o mais amplo possível e a discussão em Órgão Especial com 25 integrantes permite soluções jurídicas mais adequadas.”

### **O que faz o Órgão Especial do TJ?\***

- processar e julgar originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, os Deputados Estaduais, os Juízes de Direito e Juízes Substitutos, os Secretários de Estado e os membros do Ministério Público, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, e, nos crimes comuns, o Vice-Governador do Estado;

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO**

- aprovar a proposta do orçamento da  
despesa do Poder Judiciário **07 OUT 2016**

- deliberar sobre pedido de informação  
de comissão parlamentar de inquérito;

- propor ao Poder Legislativo a criação  
ou extinção de cargos e a fixação dos  
respectivos vencimentos;

- autorizar a instalação de Câmaras,  
Comarcas, Varas e Ofícios de Justiça;

- determinar a instauração de processo  
administrativo disciplinar contra  
magistrado, aplicando as penalidades  
cabíveis;

- indicar os magistrados para efeito de  
remoção, opção e promoção em  
primeiro grau de jurisdição;

- solicitar ao Supremo Tribunal Federal,  
pela maioria absoluta de seus  
membros, a intervenção da União no  
Estado

- proceder à investigação de crime, em  
tese, praticado por juiz.

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO** **GAZETA DO POVO**  
*\*essas são apenas algumas das atribuições*

Por dentro do sistema

**07 OUT 2016**

**Tribunal de Justiça**

É a 2ª instância do Judiciário paranaense.

A 1ª instância está espalhada por comarcas e fóruns por todo o Paraná.

Dentro do TJ-PR, o "local" do julgamento depende muito do tipo de processo:

**Pleno**

Os 120 desembargadores que compõem o TJ

Reúne-se apenas quando há questões estratégicas a decidir, como a escolha de novos desembargadores.

**Decisões**

**monocráticas**

1 desembargador

Somente em algumas situações bem específicas, urgentes e em plantões, como liminares para prisão e soltura, é que decisões são tomadas por um único desembargador.

**CONTINUA**

**Câmaras temáticas**

5 desembargadores cada

**07 OUT 2016**

São a parte mais operacional do TJ, responsável por julgar a maior parte dos processos que chegam em grau de recurso (ou seja, depois que já foram analisadas em 1ª instância, quando não é o caso de foro privilegiado).

### **Órgão Especial**

25 desembargadores

Reúne-se para decidir questões administrativas e julgar processos específicos. É responsável por algumas das decisões mais importantes do Judiciário, como permitir abertura de processos contra secretários estaduais e deputados, além do julgamento dos casos.

## **DISTRIBUIÇÃO DE FORÇAS**

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça é um colegiado de desembargadores encarregado de

**CONTINUA**

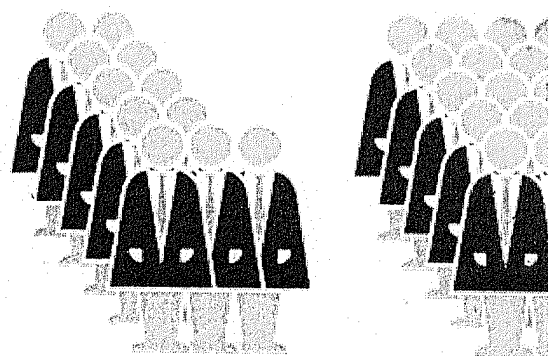
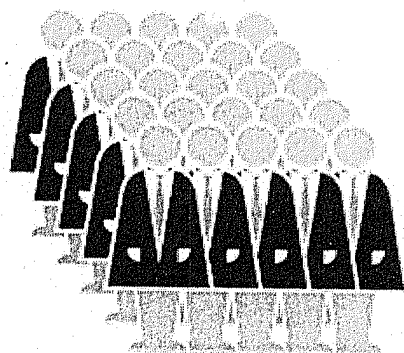
# CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

algumas das mais importantes  
decisões do Judiciário.

07 OUT 2016

Órgão Especial  
Hoje

Nova lei



**25** magistrados

**11** até... **25**

## Estrutura

Do total de magistrados do conselho:

**3** {  
· Presidente  
· 1º Vice-presidente  
· Corregedor-geral

**+** **50%** —  
por tempo  
de serviço  
(critério de  
antiguidade)





08 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## Moraes recebeu R\$ 4 mi de empresa alvo da Acrônimo

Ministro da Justiça foi pago pela JHSF  
entre 2010 e 2014 por "consultoria"

**Pedido da PF para que houvesse investigação foi rejeitado de forma sumária pelo ministro do Supremo Luiz Fux**

RUBENS VALENTE

DE BRASÍLIA

MARIO CESAR CARVALHO

DE SÃO PAULO

A Operação Acrônimo, coordenada por Polícia Federal e Ministério Público Federal, apreendeu documentos que indicam o pagamento de pelo menos R\$ 4 milhões de uma das empresas investigadas, a JHSF Participações, de São Paulo, para a firma de advocacia do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, entre 2010 e 2014.

Na época, Moraes não tinha cargo público.

No último dia 16 de agosto, a PF encontrou sobre a mesa de um dos principais executivos da JHSF, empresa do setor imobiliário, uma planilha impressa com o nome "Alexandre Moraes", além de valores e duas siglas, PT e PSDB.

Os valores a Moraes estavam associados à palavra Parkbem, antigo nome de uma empresa de estacionamentos do grupo JHSF.

No dia 31 do mesmo mês, durante depoimento prestado à PF pelo proprietário da JHSF, José Auriemo Neto, a defesa do executivo confirmou que a referência era mesmo ao ministro da Justiça.

Na primeira planilha analisada constavam três pagamentos que somavam R\$ 1 milhão em 2011. A defesa da JHSF ficou de apresentar os documentos fiscais dos pagamentos, que seriam "honorários advocatícios".

Dias depois, enviou recibos ou notas fiscais, sem mais detalhes dos serviços realizados. Nesse meio tempo, os investigadores descobriram outras planilhas que apontaram um total de R\$ 4 milhões à firma do ministro.

A coordenação da Operação Acrônimo pediu ao ministro Herman Benjamin, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), relator da investigação, que informasse ao STF a necessidade de abertura de um inquérito.

Moraes disse à reportagem, em nota, que os pagamentos foram legais e o caso já foi arquivado "liminarmente" pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux.

A assessoria do STF diz não ter informações sobre o caso porque tramita em sigilo.

A Folha apurou que a decisão de Fux ocorreu em 22 de setembro, apenas oito dias após a documentação dar entrada no STF, sem abertura de inquérito ou autorização de medidas investigatórias, como a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ministro ou de sua firma.

A Folha apurou ainda que Fux não consultou, antes do arquivamento, a PGR (Procuradoria Geral da República), e decidiu arquivar monocraticamente os documentos.

Ele citou previsão do Regimento Interno do STF que permite ao relator arquivar pedidos de investigação se "o fato narrado evidentemente não constitui crime".

A decisão destoa de outras medidas tomadas pelo Judiciário ao longo da Operação Lava Jato, por exemplo.

Em casos de contratos por prestação de serviços de consultoria ou advocacia, o juiz Sérgio Moro, o Ministério Público e a PF têm exigido que os investigados comprovem os serviços realizados.

**CONTINUA**

>OUTRO LADO<

## Ministro diz que não pode detalhar serviço prestado

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, disse, em nota, que está impossibilitado de explicar os serviços que prestou à JHSF Participações devido a “cláusula de confidencialidade” com seu cliente, para o qual afirmou ter trabalhado entre o segundo semestre de 2010 e final de 2013.

“Durante esse período, houve vários contratos de prestação de serviços advocatícios com o pagamento de honorários e emissão das respectivas notas fiscais, devidamente registrados pelo escritório e pela empresa”, disse.

Segundo a assessoria do ministro, nesse período ele não exercia cargo público. Até junho de 2010, Moraes foi secretário municipal de Transportes em São Paulo da gestão Gilberto Kassab (PSD). Em 2015, tornou-se secretário de Estado da Segurança Pública de Geraldo Alckmin (PSDB).

A Procuradoria-Geral da República confirmou que não recebeu a petição que tratou de Moraes. A assessoria do STF disse não ter informações sobre o caso porque tramita em sigilo.

Em nota, a JHSF informou que o ministro atuou como “advogado e consultor jurídico”. “Os documentos solicitados pelas autoridades já foram entregues. Por se tratar de processo sigiloso, qualquer solicitação deve ser feita ao Judiciário”, informou.

O advogado Celso Vilardi, que defende o grupo, não quis se pronunciar.

## CONTINUAÇÃO

Indagada pela PF antes do envio da documentação para o STF, a assessoria jurídica da JHSF encaminhou “documentos originais das notas de honorários advocatícios emitidas pelo escritório” Alexandre de Moraes Sociedade de Advogados, nos anos de 2010, 2011 e 2014.

Fux considerou isso o suficiente para decidir que não havia suspeita contra Moraes.

A JHSF tornou-se alvo da investigação porque o empresário Benedito Oliveira Neto afirmou em delação premiada que a empresa pagou por uma pesquisa de opinião pública em benefício do então candidato ao governo de Minas, Fernando Pimentel (PT).

08 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## Sem provas, ministro da Justiça acusa policial e vira alvo de ação

Alexandre de Moraes, enquanto secretário da Segurança em SP, culpou um PM por chacina

**Policial passou sete meses preso até ser colocado em liberdade por falta de provas e falhas na investigação**

ROGÉRIO PAGNAN  
DE SÃO PAULO

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, tornou-se alvo de um processo de reparação por danos morais. A ação foi movida por um policial militar acusado por ele, sem provas, de ser o responsável por uma chacina.

O soldado é Douglas Gomes Medeiros que, em setembro de 2015, foi preso sob a suspeita de ter matado a tiros quatro jovens em uma pizzaria de Carapicuíba, na Grande São Paulo. À época, como secretário de Segurança Pública do governo de Geraldo Alckmin (PSDB), Moraes concedeu uma série de entrevistas nas quais afirmou que o PM havia praticado o crime.

E justificou: dias antes, segundo Moraes, o grupo de jovens tinha roubado e agredido a mulher desse policial.

“A bolsa da mulher foi encontrada com os pertences das vítimas. E o policial, lamentavelmente, ao querer se

vingar —ao invés de comunicar a polícia para que realizasse as prisões— acabou praticando esses crimes”, disse Moraes, à época, à TV Globo.

Ocorre, porém, que isso não era verdade. Conforme a **Folha** revelou em maio, a polícia nunca encontrou a bolsa na casa dos quatro jovens mortos na pizzaria. Foi encontrada oito dias antes da chacina, na casa de pessoas sem ligação com as vítimas e a mais de 4 km da rua onde elas moravam —a Dallas.

A bolsa foi achada por acaso, em uma blitz policial na casa de suspeitos de roubos. Estava em meio a drogas, armas e uma moto roubada.

Quando a defesa do PM levou esses detalhes à Justiça na instrução processual, o próprio Ministério Público disse não ter provas suficientes para manter a acusação. O PM, então, foi colocado em liberdade em abril.

Procurado, o ministro da gestão Temer (PMDB) não quis falar sobre o caso.

A chacina dos quatro jovens em Carapicuíba ocorreu menos de um mês após os ataques de Osasco e Barueri, também na Grande SP, que deixaram 23 mortes.

Esse novo crime havia deixado a polícia pressionada.

Medeiros foi preso cinco dias após o crime. Sua prisão foi apresentada como propaganda da agilidade da polícia na gestão de Moraes.

Na ação, o PM pede R\$ 60 mil de indenização. No texto, usa trechos de obras publicadas por Moraes, que é professor de direito e respeitado autor de obras sobre o tema, para demonstrar que ele feriu a presunção de inocência.

“Há a necessidade de o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo, que é constitucionalmente presumido inocente, sob pena de voltarmos ao total arbítrio estatal, permitindo-se o odioso afastamento de direitos e garantias individuais”, diz trecho de livro de Moraes.

Segundo a advogada do PM, Flávia Artilheiro, as afirmações feitas contra o policial —e sua prisão— abalaram o PM e a família, que precisaram se mudar de Carapicuíba.

Além disso, o policial ficou com dívidas e perdeu a vaga na escola do subcomandante da PM. “São intoleráveis atos de violação da honra de cidadãos, especialmente se praticados por secretários ou ministros de Estado, de quem se aguarda postura de discricção e respeito à lei”, disse.

CONTINUA

08 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTRO LADO<

## Ex-secretário de Alckmin não comenta ação

Procurado pela reportagem, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, não quis comentar a ação movida contra ele pelo policial.

Por meio de sua assessoria, limitou-se a dizer que não tinha conhecimento da ação.

“O ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, não tem conhecimento sobre esta ação de danos morais”, afirma a resposta.

Em maio, quando a **Folha** revelou que não era verdadeira a versão oficial, Moraes, que ainda era secretário, também não quis se manifestar.

Também no final de maio, após assumir o comando da pasta, o atual secretário Máximo Alves Barbosa Filho disse que as famílias dos quatro meninos mortos — apontados pela polícia como bandidos — foram recebidas na Secretaria para receberem uma satisfação, mas não de desculpas.

“As provas, infelizmente, não eram as provas que tinham a robustez que nós acreditávamos que elas tinham. O Estado errou e disse a elas que errou”, disse.

O policial, por sua vez, nunca recebeu explicações ou pedidos de desculpas.

**08 OUT 2016**

**FOLHA DE S. PAULO**

## **Ex-juiz Rocha Mattos é preso em São Paulo**

**Magistrado condenado por peculato foi levado  
para a sede da PF na quarta-feira (5)**

O ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos, acusado de comandar organização que negociava decisões judiciais, está preso na Polícia Federal, em São Paulo, desde quarta (5), informou a PF na sexta (7).

Segundo o Ministério Público Federal, Rocha Mattos foi preso após ser condenado em última instância por peculato, que se configura quando funcionário público comete crime contra a administração.

Em junho, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) emitiu um mandado de prisão contra o ex-juiz. Na ocasião, ele não foi encontrado, levantando suspeitas sobre uma possível fuga. A ordem de prisão, porém, foi revogada por um juiz dias depois em resposta a recurso de Rocha Mattos.

Em junho, o tribunal atendeu pedido do MPF para que fosse cumprida a pena, usando decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de fevereiro que admite que o réu vá preso após condenação em segundo grau. Na quarta, o tribunal voltou a decidir nesse sentido.

A Justiça Federal de São Paulo diz que o ex-juiz participou de quadrilha voltada à prática de prevaricação, corrupção, fraude processual, tráfico de influência, peculato e lavagem de dinheiro, dentre outros crimes.

Em 2003, Mattos foi alvo da Operação Anaconda, acusado de vender sentenças. Ele ficou oito anos preso, mas foi posto em liberdade em 2011.

08 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### **Barbosa terá que indenizar jornalista por danos morais**

**DE BRASÍLIA** - O Tribunal de Justiça do Distrito Federal condenou nesta quinta (6) o ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa a pagar R\$ 20 mil em indenização por danos morais ao jornalista Felipe Recondo.

Em 2013, Barbosa foi abordado pelo repórter, que trabalhava para o jornal "O Estado de S. Paulo", chamou-o de "palhaço" e mandou que ele fosse "chafurdar no lixo".

Recondo, hoje sócio do site "Jota", moveu ação, perdeu em primeira instância e apelou ao TJ-DF, que condenou Barbosa. Cabe recurso ao STJ (Superior Tribunal de Justiça).

A assessoria de Joaquim Barbosa informou que ele não comentará o caso.

#### **Prisão em 2ª instância**

O que fere a cidadania é a justiça que tarda e nunca chega. O entendimento do STF corrige inclusive uma anomalia no sistema, ao reconhecer o poder das duas instâncias inferiores e destravar a pauta do Supremo. Quem grita são os proteladores advogados dos ricos e poderosos, que agora não têm mais causas infinitas a sustentar seus ganhos supervalorizados ("Prisão em segunda instância fere Constituição, diz professor da USP", "Poder", 7/10).

**MÁRCIA BARONI** (Belo Horizonte, MG)

O STF deu um importante passo para o fortalecimento da Justiça ao manter a possibilidade de prisão para condenados em segunda instância. Alguns defendem que tal definição afronta o disposto na Carta Magna, segundo a qual ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Entretanto o parecer terá efeito vinculante para os juízes de todo o país, o que acarretará uma iminente redução da impunidade.

**EDINEI MELO** (Campinas, SP)

08 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

# Politicagem e violência

Com quase 60 mil homicídios ao ano, o Brasil é o país com o maior número absoluto desse crime no mundo. Apesar desse recorde aviltante, sucessivas administrações federais têm-se mostrado pouco empenhadas em coordenar uma estratégia nacional a fim de reverter a escalada da violência.

O governo de Michel Temer (PMDB) mal começou e já parece se enquadrar na regra do descalço. Em julho, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Ministério da Justiça apresentasse em 60 dias um plano de ação para implantar o Programa Nacional de Redução de Homicídios. O prazo terminou, mas nada se fez.

Elaborada no ano passado na forma de um pacto, a proposta evocada pelo TCU contou com a participação de especialistas e previa a colaboração dos governos estaduais, legalmente responsáveis diretos pela segurança pública.

Entre as iniciativas estavam ações preventivas voltadas a jovens negros (maiores vítimas de homicídio), melhoria de estatísticas e aprimoramento da investigação.

As medidas não saíram do papel, mas ao menos tinham sido gestadas. No afã de se distanciar da gestão anterior, porém, o ministro da

Justiça, Alexandre de Moraes, afirmou que a proposta não diz respeito ao atual governo e prometeu um novo plano, ainda sem data.

Diante dessa rotina de descontinuidade, são oportunas as observações dos sociólogos Ignácio Cano e Renato Sérgio de Lima em artigo publicado nesta **Folha**.

Os especialistas criticam o eterno e ineficaz recomeço das políticas públicas de segurança —um mal infelizmente não restrito a essa área— e argumentam que o combate à violência não deveria se ver preso a picuinhas partidárias.

Diante da inação, ganham força no Congresso propostas com o intuito de desfigurar o Estatuto do Desarmamento. Estudo recente do Instituto Sou da Paz mostra que, no ano passado, foram apresentados 36 projetos com esse foco.

Trata-se de perigoso sintoma do fracasso do Estado. Em lugar de políticas públicas eficazes, vendem-se falsas soluções simplificadoras que, se aprovadas, contribuirão mais para aumentar do que para diminuir o número de assassinatos.

É muito fácil encontrar governos que anunciem a prevenção dos homicídios como sua prioridade; difícil é demonstrar que tal objetivo prevalece sobre a politicagem.

09 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAULA CESARINO COSTA

# Jornalistas e juízes na balança

**Não há instituição ou pessoa que não possa ser investigada ou criticada; é preciso um debate robusto**

*UM DESEMBARGADOR de São Paulo colocou a imprensa sob suspeita de ser financiada pelo crime organizado. Sua acusação foi publicada na quarta (5) de modo correto e sóbrio. “Diante da cobertura tendenciosa da imprensa sobre o caso Carandiru, fico me perguntando se não há dinheiro do crime organizado financiando parte dela, assim como boa parte das autodenominadas organizações de direitos humanos”, escreveu o desembargador Ivan Sartori. O título de seu comentário em rede social é: “Quando a Imprensa é Suspeita”.*

*Sartori presidiu a sessão do Tribunal de Justiça de São Paulo que anulou o julgamento do massacre do Carandiru. Em primeira instância, 74 policiais militares tinham sido condenados por participação na ação que deixou 111 pessoas mortas. Sartori afirmou que “não houve massacre no Carandiru, mas sim legítima defesa [por parte dos PMs]”. Pediu a absolvição dos réus, sem necessidade de novo júri.*

*A reação à acusação do desembargador da possibilidade de a imprensa ser financiada pelo crime organizado \_disparatada e sem indício mínimo de aproximação com a realidade\_ praticamente se limitou a uma nota de protesto da Associação Brasileira de Imprensa.*

*Jornalistas, jornais e entidades de classe deveriam processar o desembargador? E se um jornalista ou um jornal tivesse colocado a Justiça sob suspeita de ser financiada pelo crime organizado? Como reagiriam magistrados e entidades de classe?*

*Um exemplo pode ser buscado no Paraná. Após publicarem reportagem, em fevereiro, sobre supersalários de juízes e promotores do Estado, três repórteres, um infografista e um webdesigner do jornal “Gazeta do Povo” sofreram 41 processos em 19 cidades do Estado por magistrados e promotores que pediam R\$ 1,3 milhão de indenização por danos morais. Eles reclamaram de ter sido “ridicularizados”.*

*Em julho, a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber suspendeu todas as ações e audiências do caso até o julgamento do mérito da reclamação feita pelo jornal. O caso aguarda apreciação do STF.*

*Conflitos do Judiciário com a imprensa parecem estar em evidência de modo difuso. Em duas manifestações no mês de setembro, o corregedor nacional de Justiça e ministro do STJ, João Otávio Noronha, fez críticas fortes: “Pobre do país que tem sua magistratura refém da mídia”, disse. Ele considera que a imprensa condenou os envolvidos em casos como o mensalão e a Lava Jato e pressiona os julgadores. Propôs que “manchetes de jornal que aniquilam histórias de vida” sejam punidas com indenizações rigorosas.*

*A crítica rigorosa da mídia é fundamental, necessária e saudável. Jornais e revistas já condenaram pessoas em suas capas, dando-se um poder de Justiça que não têm. É direito de qualquer cidadão questionar aquilo que é publicado.*

*Questões referentes à liberdade de imprensa, à reação de quem se sente atingido por coberturas noticiosas e à responsabilidade de jornais e jornalistas têm uma lição his-*

*tórica a ser examinada.*

*Em 1964, movimentos em defesa dos direitos civis nos Estados Unidos publicaram um manifesto no jornal “The New York Times” para arrecadar fundos para ajudar líderes como Martin Luther King. Descrevia “uma onda sem precedentes de terror” das ações policiais contra manifestantes pacíficos em Montgomery, Alabama. A história comprovou que houve agressão policial, mas o manifesto dos líderes dos direitos civis continha detalhes exagerados ou informações erradas.*

*L. B. Sullivan, da polícia em Montgomery, processou o jornal por difamação. O anúncio não mencionava o nome de Sullivan, mas ele justificou que o manifesto o difamava porque as ações da polícia no episódio estavam sob sua responsabilidade. Na instância local, ganhou a ação, e o “New York Times” foi condenado a pagar US\$ 500 mil.*

*O jornal recorreu à Suprema Corte sob o argumento de não ter a intenção de atingir a reputação do policial. Acrescentou que, se um jornal fosse obrigado a verificar a exatidão de todas as críticas a um servidor, a imprensa livre ficaria limitada.*

**CONTINUA**



09 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

*A mais alta corte dos EUA decidiu em favor do "NYT". A fim de provar difamação, um funcionário público deve mostrar que o jornal agiu "com malícia", definida como "real conhecimento de que a informação era falsa ou por negligência grosseira da verdade". Na avaliação da Suprema Corte, o debate livre e aberto sobre a conduta de funcionários públicos é mais importante que ocasionais erros factuais honestos que possam causar danos eventuais à reputação de servidores.*

*No caso do Brasil, resta saber quantos juízes estão dispostos a estimular e quantos pretendem restringir o debate robusto e aberto das questões públicas, em especial quando têm de enfrentar questões corporativas.*

09 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

# Menos impunidade

**Em votação apertada, STF reafirma que pode ser preso quem tenha sido condenado em 2ª instância, decisão que amplia efetividade da Justiça**

A decisão não teve nada de consensual. Por 6 a 5, o Supremo Tribunal Federal reafirmou a possibilidade de que pessoas condenadas em segunda instância sejam presas, considerando desnecessário esperar até que se esgotem todos os recursos à disposição.

Estavam em jogo, na sessão de quarta-feira (5), princípios constitucionais básicos em qualquer democracia: ninguém deve ser conduzido à prisão sem culpa e ninguém deve ser considerado culpado antes do devido processo legal.

Com frequência, mesmo os mais claros fundamentos jurídicos se abrem a interpretações diversas, e estas permeiam-se das tendências do momento e das lições trazidas pela experiência concreta.

Na prática, o sistema penal brasileiro tem-se caracterizado por flagrante impunidade seletiva. Réus que disponham de alta condição financeira valem-se de excelentes advogados para realizar incontáveis manobras protelatórias nos tribunais, adiando a execução da pena.

Estão no direito de fazê-lo. A situação tem criado, entretanto, inúmeros exemplos de injustiça. Em seu voto, o ministro Luís Roberto Barroso citou alguns.

Condenado por desviar mais de meio bilhão de reais (em valores atualizados), num crime que remonta a 1992, o ex-senador Luiz

Estevão foi julgado em 2006, mas terminou preso só em 2016, após apresentar 34 recursos judiciais.

Muitas vezes, quando finalmente esgotados todos os meios de defesa, a pena prevista para o crime cometido encontra-se prescrita.

Como considerar que alguém já sentenciado em dois tribunais ainda possa ter sua inocência presumida pelo Estado? Tal complacência é recusada em qualquer país do mundo, mas está inscrita na nossa Constituição e tinha sido avalizada pelo STF em julgamento de 2009.

Em fevereiro deste ano, contudo, os ministros trouxeram novo entendimento. Dada a controvérsia suscitada, fizeram bem em voltar agora à discussão; a reafirmação do que se decidira meses atrás fortalece a posição do tribunal.

Há alguns anos, esta **Folha** chegou a defender a necessidade de uma palavra do Superior Tribunal de Justiça antes de se proceder à execução da pena. Cabe reconhecer, no entanto, que a convicção do STF mostra-se mais pertinente.

O clima de impunidade que vigorava até agora tem o efeito perverso de induzir a criação de leis cada vez mais severas —ou até estimular respostas como linchamentos e esquadrões da morte.

Desde que não se retire dos acusados o direito a eventuais revisões processuais, a maior efetividade criminal corrige em parte essa situação —em que, escarnejada a Justiça e impotente o Estado, a sedução da barbárie acompanha, como uma sombra, um excesso de garantias à disposição de quem pode financiar a própria impunidade.

09 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Lava Jato quer que Andrade complemente sua delação

Procuradores apontam fatos inéditos  
que não aparecem em depoimentos

**Entre obras citadas,  
estão sede do governo  
de Minas Gerais, que  
custou R\$ 1,2 bilhão, e  
Rodoanel, em São Paulo**

**BELA MEGALE  
VALDO CRUZ**  
DE BRASÍLIA

A Procuradoria-Geral da República e a força-tarefa da Lava Jato querem que a Andrade Gutierrez inclua novos delatores nos acordos de colaboração premiada e leniência (espécie de delação da pessoa jurídica) fechados no início deste ano.

A razão para tanto são fatos inéditos revelados por outros delatores ou candidatos a delação envolvendo executivos e obras que não aparecem nos depoimentos dos 11 colaboradores referentes ao acordo já formalizado com a construtora.

Entre as obras citadas estão a atual sede do governo de Minas Gerais, a chamada Cidade Administrativa, projetada por Oscar Niemeyer e que custou mais de R\$ 1,2 bilhão, e o Rodoanel, em São Paulo, além de empreendimentos no setor de energia.

A empresa mineira contratou uma auditoria externa para levantar informações sobre esses temas. Personagens como Sérgio Andrade, um dos donos da empreiteira, também serão procurados pelos investigadores. Segundo a **Folha** apurou, ele apareceu em relatos feitos aos procuradores como um dos envolvidos em negociação de propina pagas pela empresa.

Ainda não está claro em que posição Andrade pode vir a ser chamado para colaborar, mas, se passar a integrar o acordo, será o primeiro sócio da empresa mineira a se tornar delator. Até o momento, o colaborador de mais alto calibre é Otávio Azevedo, ex-presidente do grupo.

Detalhes envolvendo a Cidade Administrativa serão revelados por um empregado da Andrade Gutierrez que não figura na delação, segundo envolvidos nas negociações com o Ministério Público Federal. A empreiteira foi comunicada em julho, dois meses após a homologação da delação, que teria de complementá-la.

Reservadamente, a construtora tem dito que informações sobre a Cidade Administrativa, concebida no governo do hoje senador Aécio Neves (PSDB), não foram questionadas na negociação da colaboração, realizada entre o fim de 2015 e o início deste ano. O tucano e o governo de Minas sempre negaram irregularidades.

Como a **Folha** informou, empreiteiras como OAS e Odebrecht abordaram nas tratativas de acordos de delação pagamento de propina tanto para a construção da sede do governo mineiro quanto nas obras do Rodoanel.

Pessoas envolvidas na delação da empresa mineira relataram que já receberam sinalizações da Procuradoria e da força-tarefa alertando que precisarão complementar os depoimentos e que isso terá que ser feito de uma única vez.

Também informaram que fatos até então não abordados pela Andrade Gutierrez, mas que envolvem a empresa, foram revelados em negociações de outros acordos de delação, sem citar quais.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

09 OUT 2016

Além das colaborações premiadas fechadas com os 11 executivos, a empreiteira celebrou acordo de leniência de R\$ 1 bilhão para ser pago em 12 anos, o mais caro celebrado até o momento. A empresa tem como prioridade mantê-lo para que possa continuar na ativa.

Desde que foi envolvida da Lava Jato, a Andrade Gutierrez vem priorizando contratos fora do país, onde já tinha clientes consolidados. Todos os executivos que se tornaram delatores foram afastados do grupo e receberam dez anos de salários, conforme relatou a Folha em agosto.

### > OUTRO LADO <

## Empreiteira diz levantar dados sobre obras

A Andrade Gutierrez disse, por meio de assessoria, que em seu acordo de leniência firmado com os procuradores da Lava Jato, comprometeu-se a fazer auditorias sobre vários assuntos, entre eles as obras do Rodoanel, em São Paulo, e da Cidade Administrativa, em Minas Gerais.

O acordo da empreiteira foi homologado em maio.

A empresa negou qualquer possibilidade de Sérgio Andrade, um dos sócios do grupo, integrar o rol de delatores da Lava Jato. A assessoria informou que ele nunca teve função executiva no grupo e que sempre figurou apenas como acionista. A empreiteira relata ainda que até o momento não teve informações de que o dono do grupo teria sido alvo de relatos no âmbito das investigações.

O advogado responsável pelos acordos de leniência e de delação firmados pelos executivos da empresa, Celso Vilardi, não retornou contatos da reportagem. (VC E BM)

### VALE ESTE

Andrade Gutierrez acrescenta delatores em seu acordo

### NOVOS DELATORES



**Sergio Andrade**  
Dono da empreiteira, vinha sendo poupado

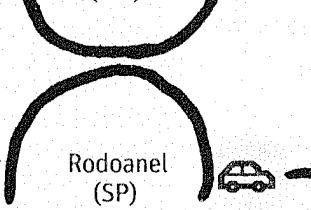
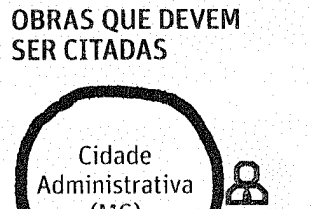
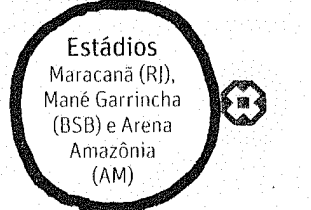
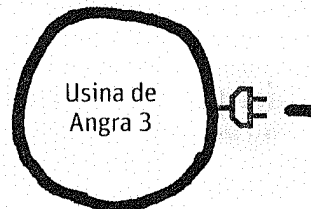
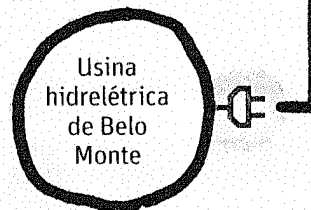


**Nome não revelado**  
Executivo mineiro ligado à Cidade Administrativa (MG)

### ANTIGOS DELATORES

	Cargo na empreiteira
Otávio Marques de Azevedo	Ex-presidente
Elton Negrão	Ex-diretor
Antônio Pedro Campelo	Executivo
Flávio Gomes	Executivo
Paulo Dalmazzo	Ex-presidente de Óleo e Gás

### OBRAS ENVOLVIDAS EM MARÇO



### O QUE JÁ FOI DITO PELA EMPRESA

Construtoras da **hidrelétrica de Belo Monte** combinaram o pagamento de propina de R\$ 150 milhões, 1% do valor dos contratos. Os recursos teriam sido pagos na forma de doações legais para campanhas de 2010, 2012 e 2014

Pagamento de propina em forma de doações legais para as campanhas da presidente Dilma Rousseff em 2010 e de Dilma e Michel Temer em 2014. A propina vinha de obras superfaturadas da Petrobras e do setor elétrico

Pagamentos ilegais feitos a membros da diretoria da Eletronuclear em troca de contratos para a construção da **usina Angra 3 (RJ)**

Ricardo Berzoini, na época presidente do PT, participou de uma reunião com executivos da empreiteira em 2008 e pediu que 1% dos contratos com o governo federal fosse para o partido

09 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

## Autopreservação

Se depender das Assembleias Legislativas Brasil afora, praticamente nenhum governador suspeito de irregularidade será processado. Das 52 solicitações feitas pelo STJ contra chefes do Poder Executivo estadual, apenas uma foi autorizada — contra Ivo Cassol, então governador de Rondônia, em 2005. Outros 15 pedidos foram negados e 36 não foram sequer respondidos. O Supremo discute se isso é constitucional. O relator Celso de Mello foi favorável à exigência da consulta.

**Arquivo morto** Os números foram enviados pelo STJ ao Supremo. O caso recente mais emblemático é o do governador Fernando Pimentel (MG), indiciado pela PF, em que o tribunal superior referendou a necessidade de a Assembleia autorizar a ação.

**Livre, leve e solto** O agente Newton Ishii, o japonês da Federal, tirou a tornezeira eletrônica nesta semana. Poderá voltar a trabalhar, mas sem exposição na mídia.

### Prisão em 2ª instância

Atendendo ao clamor do povo a respeito da prisão do condenado em segunda instância, o STF resolveu fazer justiça com as próprias mãos (“Prisão em segunda instância fere Constituição, diz professor da USP”, “Poder”, 7/10). E a lei?, perguntamos. A lei, diria Getúlio, ora, a lei!

TERCIO SARLI (Campinas, SP)

### tiroteio

*O STF ordena prisão em segunda instância e proíbe a vaquejada. Tempos estranhos em que uma vaca vale mais do que ser humano.*

DO ADVOGADO EDWARD CARVALHO, que atua na defesa do empreiteiro Leo Pinheiro, sobre decisão do STF em relação aos dois julgamentos.

09 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## Juízes punem advogados que agem de má-fé

Tribunal entende que não compete ao magistrado condenar o defensor por práticas desleais em queixa trabalhista

**Há casos de omissão, suborno de testemunha, falsificação e ações genéricas ajuizadas sem anuência da parte**

**FREDERICO VASCONCELOS**  
DE SÃO PAULO

Juízes trabalhistas têm reagido a casos de litigância de má-fé condenando partes e advogados que mentem, retardam os processos e adotam práticas desleais.

O Tribunal Superior do Trabalho entende que não compete ao juiz condenar o advogado por litigância de má-fé na reclamação trabalhista.

Segundo o Estatuto da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o advogado pode ser responsabilizado solidariamente, mas isso deve ser apurado em ação própria.

Levantamento da **Folha** mostra que alguns juízes punem os advogados, oficiam à OAB — para abertura de processo disciplinar — e nos casos mais graves enviam cópia da sentença ao Ministério Público e à Polícia Federal.

Não existem dados estatísticos sobre litigância de má-fé. A informação fica dentro do processo. A OAB não informa o número de representações que recebe e o número de punições aplicadas.

“Na Justiça do Trabalho, percebo que os juízes ainda são muito cautelosos no reconhecimento e aplicação das penas de litigância de má-fé”, diz Fabíola Marques, advogada trabalhista e professora de Direito do Trabalho da PUC-São Paulo.

“A litigância de má-fé é uma prática muito comum e extremamente lastimável adotada por algumas partes e procuradores [advogados]”, registra a desembargadora Águeda Maria L. Pereira, do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina.

A magistrada negou recurso de uma reclamante que pretendia transformar uma rescisão a pedido em dispensa sem justa causa.

Ela omitira haver trabalhado em outra firma após desligar-se da empresa. Para a juíza, o advogado e a autora da ação pretendiam levar o julgador a crer que a iniciativa da ruptura contratual não tinha sido dela.

Com base no artigo 299 do Código Penal (omitir declaração em documento público), condenou a autora e o advogado a multa e uma indenização provisória de R\$ 15 mil.

Em Uberlândia (MG), um grupo de advogados ofereceu mais de 60 pedidos questionando a imparcialidade de um juiz trabalhista que os condenara por litigância de má-fé. Eles alegavam sofrer perseguição.

O juiz sustentou ter proferido inúmeras decisões favoráveis às partes defendidas pelos mesmos advogados. O TRT-MG multou os advogados por “forjar um estado de suspeição perene e generalizado do julgador”.

Em Mauá (SP), ex-funcionário de uma indústria requereu o pagamento de horas extras. Numa audiência à qual

o seu advogado não compareceu, ele admitiu que não fazia horas extras e que havia dito isso ao advogado.

A juíza Meire Iwai Sakata entendeu que não seria justo condená-lo por ato do advogado, pois o litigante “foi sincero no depoimento”.

Em Diadema (SP), uma funcionária de um hipermercado alegou ter sido vítima de assédio moral. O juiz Diego Petacci julgou improcedente o pedido, pois “a única testemunha trazida foi alvo de tentativa de suborno para relatar a história”.

O juiz multou a reclamante e determinou que fosse expedido ofício à OAB, à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, para apurar eventual crime por parte da testemunha.

O juiz Marco Antônio Ribeiro Muniz Rodrigues, de Caxambu (MG), condenou um advogado por falsidade de assinatura numa procuração. A falsificação — confirmada por perícia técnica — foi mantida em recurso oferecido ao tribunal, que rejeitou o pedido.

Em Novo Hamburgo (RS), o juiz do Trabalho Thiago Boldt de Souza condenou um advogado a pagar multa e indenização por ajuizar ação sem anuência do empregado. Era prática recorrente desse advogado apresentar petições, com os mesmos pedidos genéricos, em diferentes reclamações.

**CONTINUA**

09 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### AÇÃO DISCIPLINAR

“Toda vez que um juiz expede um ofício à OAB, é aberto um procedimento disciplinar”, diz Fernando Calza de Salles Freire, presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP.

“Normalmente, a litigância de má-fé é imputada à parte. Se o juiz entende que houve conluio com o advogado, ele oficia à OAB. Mas são situações raras”, explica. “A condenação ao advogado é discutível. Quem litiga é a parte.”

“Nós não temos estatística, o número é muito reduzido. Cada caso é um caso, e são sigilosos”, afirma.

De acordo com Freire, apenas os advogados e as partes têm acesso ao procedimento disciplinar instaurado.

Se houver condenação, o caso passa a ser de conhecimento público, mas só no final do processo.

09 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

# Temer não é ilegítimo, é caótico

ELJO GASPARI

**A caravana tabajara do presidente poderá provocar saudades da herança maldita de Dilma Rousseff**

*Em agosto do ano passado, o então vice-presidente Michel Temer apresentou-se como candidato ao lugar de Dilma Rousseff dizendo que “a grande missão, a partir deste momento, é a da pacificação do país, da reunificação do país”. Em maio, já pintado para a guerra, dizia que “é preciso alguém que tenha a capacidade de reunir a todos”.*

*Na Presidência, o doutor e sua caravana de sábios decidiram torrar dinheiro da Viúva com uma campanha publicitária essencialmente política, falando bem de si e mal do governo de sua antecessora e companheira de chapa. Nessa gastança, prometeu: “Vamos tirar o Brasil do vermelho para voltar a crescer”.*

*Ao pisar no Planalto, Temer demitiu um garçom e agora vangloriou-se de ter extinguido “4.200 cargos de confiança”. Na realidade, em junho, ele prometeu cortar os cargos comissionados, mas, entre junho e julho, demitiu 5.500 servidores e contratou 7.200.*

*Atitudes desse tipo nada têm a ver com pacificação ou reunificação. Servem apenas para estimular o clima de gafeira que Temer herdou do petismo. A caravana do Planalto não está pacificando coisa alguma. Dedicou-se a flertar com o mercado, ameaçando a sociedade com aumento de impostos. Anunciou uma reforma da Previdência sem detalhá-la, transformando em campo de batalha o tema quase consensual da necessidade da elevação da idade mínima para a aposentadoria.*

*A fábrica de fantasmas do Planalto soltou a alma penada de uma reforma trabalhista, sempre em termos genéricos, e logo depois recuou. Conseguiu arrumar confusão até mesmo num serviço banal como a*

*escolha do filme que representará o Brasil na disputa pelo Oscar.*

*Temer e Henrique Meirelles apresentam-se como campeões da austeridade porque patrocinam uma emenda constitucional que limitará os gastos públicos. Por enquanto, isso é pura parolagem. O que contém gastos é a decisão de não gastar. Se lei equilibrasse Orçamento, a da responsabilidade fiscal teria impedido as pedaladas petistas, e a renegociação das dívidas do Estado, ocorrida durante o tucanato, teria impedido a situação de falência em que estão hoje Estados e municípios, todos aliviados por Temer.*

*O governo de Michel Temer não é ilegítimo, é caótico. Inventa encenanças, deforma temas e produz fantasmas. Na hora da onça beber água, acha que seu problema é de comunicação e decide fazer uma campanha publicitária para que o povo, esse eterno bobalhão, aprenda o que é melhor para ele.*



10 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### Presidente da OAB-SP critica reportagem sobre ministro

DE BRASÍLIA - O presidente da OAB de São Paulo, Marcos da Costa, emitiu nota criticando reportagem da **Folha** sobre pagamentos de uma empresa investigada pela Operação Acrônimo ao ministro da Justiça, Alexandre de Moraes.

A operação apreendeu documentos que indicam pagamento de R\$ 4 milhões de uma empresa investigada, a JHSF, para a firma de advocacia do ministro, entre 2010 e 2014, informou a **Folha** na sexta (7). Naquela época, Moraes não tinha cargo público.

“A OAB-SP repudia toda e qualquer iniciativa que confunda a imagem de um advogado a do cliente pelo fato de lhe prestar serviços advocatícios. Distorção que, em nada, contribui para a compreensão pela sociedade da importância da advocacia para que a Justiça seja feita em pleno Estado Democrático de Direito”, informa a nota. Para Costa, é “equivocado” questionar um advogado a partir de suspeitas sobre seu cliente.

MÔNICA BERGAMO

### RETRATO FIEL

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) julga nesta terça (11) se um transexual que ainda não fez cirurgia de mudança de sexo pode alterar seu registro civil.

#### EM LINHA

A decisão, se favorável à pessoa que move a ação, pode abrir um precedente e ser seguida por juizados de todo o país, apesar de ela não ser vinculante. Ou seja, os juízes não seriam obrigados a se alinhar ao mesmo entendimento, embora a decisão da corte superior sirva como referência.

#### PARALELAS

A questão está em discussão também no STF (Supremo Tribunal Federal), corte que pode vincular todos os juízes à decisão que tomar. Em julho, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, assinou parecer favorável à alteração no registro sem a cirurgia.

10 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## Procurador quer réus do Panamericano condenados

Fraudes teriam causado rombo de R\$ 3,8 bilhões,

**Ministério Público pede que Justiça determine perda de bens dos nove réus para recuperar prejuízo do Estado** segundo a procuradoria

**Ministério Público pede que Justiça determine perda de bens dos nove réus para recuperar prejuízo do Estado**

WÁLTER NUNES  
DE SÃO PAULO

O Ministério Público Federal de São Paulo pediu a condenação de oito ex-diretores e o chefe de contabilidade do Banco Panamericano por crimes financeiros e lavagem de dinheiro, cometidos entre 2007 e 2010.

Segundo o procurador Rodrigo de Grandis, responsável pela ação, os nove ex-funcionários do banco cometeram crimes de gestão fraudulenta, entre outros.

As fraudes administrativas teriam causado, segundo a procuradoria, um rombo de R\$ 3,8 bilhões no Panamericano, que acabou sendo vendido pelo controlador, Silvio Santos, à Caixa Econômica Federal. O banco depois foi adquirido pelo BTG Pactual.

Os investigadores identificaram mais de R\$ 16 milhões de saques em espécie que beneficiaram os fraudadores.

O Ministério Público pediu que a Justiça determine a perda de bens dos nove réus em favor da União para recuperar, mesmo que parcialmente, o prejuízo do Estado na

aquisição do banco. Rodrigo de Grandis pediu a absolvição de oito dos 17 réus.

O ex-presidente do conselho do Panamericano Luiz Sebastião Sandoval é acusado pela procuradoria de ter cometido quatro episódios de gestão fraudulenta, gestão fraudulenta combinada com apropriação indébita financeira, mais um caso de apropriação indébita financeira e por induzir ou manter em erro sócio, investidor ou repartição pública sobre a situação do banco.

O procurador diz que os crimes tiveram como causa "a omissão relevante do ex-presidente do banco, que, de sua posição, poderia ter impedido o rombo". O pedido de condenação sugere que as penas de cada delito sejam somadas e, neste caso, Sandoval pode ser condenado de 3 a 78 anos de prisão.

O segundo maior pedido de condenação é do ex-diretor superintendente do banco, Rafael Palladino, também acusado por quatro episódios de gestão fraudulenta, por gestão fraudulenta combinada com apropriação indébita financeira, mais um caso de apropriação indébita financeira.

Se o pedido de De Grandis for atendido, ele pode ser condenado a 72 anos.

Wilson Roberto de Aro, ex-diretor financeiro, também é acusado de quatro crimes de gestão fraudulenta, gestão fraudulenta combinada com apropriação indébita financeira, mais um caso de apropriação indébita financeira, cujas penas podem chegar a 72 anos. Mas como Aro assumiu sua participação nos crimes na gestão, a procuradoria pediu redução da pena.

O caso corre na 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo.

### A FRAUDE

A fraude começou em 2006 na venda de carteira de créditos para outras instituições financeiras. O Panamericano vendia esses créditos, mas continuava contabilizando os créditos vendidos como ativos do banco. O banco também registrava os negócios com valor superior ao real e havia casos em que o mesmo crédito era vendido mais de uma vez, deixando os ativos do banco com valor muito acima do real.

No ano seguinte, o Panamericano lançou ações na Bovespa. As fraudes no balanço fizeram com que a avaliação do mercado sobre as ações fosse positiva e a captação foi considerada um sucesso.

**CONTINUA**

10 OUT 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Em 2009, a Caixa Econômica Federal anunciou que ter adquirido 35% do capital social do Panamericano (49% do capital votante e 20% do não votante) com planos de expandir o crédito imobiliário para o seguimento de baixa renda.

O Banco Central, em 2010, comparou os créditos comprados e vendidos pelo Panamericano com os dos outros bancos brasileiros. Descobriu um rombo gigantesco.

Silvio Santos pediu um empréstimo de R\$ 2,5 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos, fundo privado gerenciado pelos bancos, para evitar a liquidação do banco. A diretoria foi toda substituída. O Fundo concedeu o empréstimo ao Panamericano. Em 2011, Silvio Santos vendeu o Panamericano para o BTG Pactual por R\$ 450 milhões.

CONTINUA

10 OUT 2016

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

## Advogados negam fraudes de seus clientes

DE SÃO PAULO

Advogados dos réus do Banco Panamericano negam o envolvimento de seus clientes no caso de corrupção.

Alberto Toron, advogado do ex-presidente do conselho Luiz Sandoval, diz que seu cliente não participou de fraudes.

“A Polícia Federal deixou claro que Sandoval não tinha nada a ver com a fraude. O próprio Ministério Público também reconheceu que ele não participou, mas diz nas alegações finais que ele se omitiu. Acontece que o Sandoval nunca foi acusado de se omitir. Isso representa cerceamento de defesa, já que estávamos defendendo o Sandoval de outra acusação”, diz Toron.

Advogado de Rafael Palladino, ex-diretor superintendente do banco, Antonio Claudio Mariz de Oliveira considera as alegações da procuradoria “inconsistentes”.

“A instrução processual demonstrou a isenção do Rafael em relação aos fatos que lhe foram imputados. Com a apresentação das alegações finais, a inocência dele ficará demonstrada”, diz Mariz.

Sandra Gonçalves Pires, advogada de Wilson de Aro, afirma que “a defesa está examinando os memoriais apresentados pelo Ministério Público Federal e, nos próximos 45 dias, apresentará considerações finais.”

A defesa de Marco Antônio Pereira Silva, chefe da contabilidade, diz que o cliente não se beneficiou de esquema.

“Ele não tinha poder de gestão. Nunca recebeu nenhum benefício da suposta fraude. Além disso, foi o maior colaborador da investigação”, diz o advogado Paulo César Fabra Siqueira.

Gustavo Badaró, advogado do ex-diretor de crédito Adalberto Savioli, nega irregularidade nas operações de renegociação de crédito. “A procuradoria diz que essas renegociações não existiram, mas a defesa provou nos autos que as negociações eram gravadas pelas empresas contratadas pelo Panamericano”, afirma Badaró.

O advogado Rodrigo Carneiro Maia Bandieri, defensor de Antônio Carlos Quinta Carletto, ex-diretor de cartões, afirmou sustentar a defesa de seu cliente em busca da absolvição.

O advogado Renato Stanzola Vieira, defensor de Eduardo de Ávila Pinto Coelho, ex-diretor de TI, também diz estar confiante na absolvição. Ele defende que as outras áreas dirigidas por seu cliente foram vistas como “sem relevância para as fraudes” e que, portanto, não haveria como sustentar avaliação diversa na área de provisão contra calotes.

A **Folha** ligou para David Teixeira de Azevedo, que defende Cláudio Baracat Sauda, ex-diretor de controladoria e ex-gerente de compliance, e Luiz Augusto Teixeira de Carvalho Bruno, ex-diretor jurídico do Panamericano, mas não conseguiu contato.

## QUEM SÃO OS ENVOLVIDOS

**Luiz Sebastião Sandoval**, ex-presidente do Conselho de Administração do banco

**Rafael Palladino**, ex-diretor superintendente do banco

**Wilson Roberto de Aro**, ex-diretor financeiro

**Marco Antônio Pereira da Silva**, chefe da contabilidade

**Adalberto Savioli**, ex-diretor de crédito

**Antônio Carlos Quinta Carletto**, ex-diretor de cartões

**Eduardo de Ávila Pinto Coelho**, ex-diretor de Tecnologia da Informação

**Luiz Augusto Teixeira de Carvalho Bruno**, ex-diretor jurídico

**Cláudio Baracat Sauda**, ex-diretor de controladoria e ex-gerente de compliance

09 OUT 2016  
08 OUT 2016

# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

## Perícia já

Só há uma forma clara de intervenção nesse caso das contas públicas do Paraná e da suposta ameaça ao não pagamento do reajuste funcional: uma perícia contábil, como as que se fazem em processos judiciais, porque nem o relato da Fazenda é confiável, muito menos qualquer mediação do Tribunal de Contas, quase sempre chapa-branca, e da mesma forma parecem frágeis os argumentos de oposição, tanto os jurídicos quanto mais os políticos. Menos confiável ainda é a postura do governador que atribui o desequilíbrio nas contas à ex-presidente Dilma Rousseff, como se viu nas explicações do chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, como se não houvesse nisso tudo um pouco da irresponsabilidade fiscal, tanta vezes arguida pela Secretaria do Tesouro Nacional, à qual Beto Richa se referia como perseguição e que o reelegeu, de tão repetida, em cima de empulhação que está desmistificada no relatório de Mauro Ricardo Costa na justificativa do arrocho indispensável. A revelação mais recente – a de que as receitas andam a pé e as despesas de elevador – atesta que a própria ação do secretário da Fazenda não é lá um primor de eficiência no monitorar o processo. Se ele não consegue conter a enxurrada e oba oba, quem o fará? Valer-se da privação dos servidores públicos para manter o circo é impossível, pois não há sinal de que se restabelecerá o equilíbrio das contas.

## Loucura sem fim

Estudos técnicos mostram, em termos previdenciários, que para cada coronel da Polícia Militar da ativa há pelo menos 28 na reserva recebendo o salário máximo da corporação. Fica, no exemplo, demonstrado que o governo sabe que o fundo de pensão dos servidores explodiu. Iguais cálculos poderiam ser feitos em outras categorias e mostrariam a marca da fatalidade. Tudo o que se fala sobre o tema é falso, confiando em empurrar com a barriga o problema para outros administradores como Beto Richa e Requião, este por dois períodos, aquele por um mandato, deixaram de repassar a contribuição obrigatória do Executivo, fato aliás que contribuiu para quebrar o antigo Instituto de Previdência do Estado (IPE), que pelo anos dava assistência médica universal aos servidores, hoje inexistente.

09 OUT 2016

08 OUT 2016

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Fatiando

Fatiando para não dar pizza, a Lava Jato foi redistribuída pelo relator Teori Zavascki no caso dos 66 políticos do PT, PMDB (uma voltada para o Senado, outra para Câmara Baixa) e PP. Entre os suspeitos Lula, Renan Calheiros, Waldir Maranhão, Eduardo Cunha e o presidente do PP, Ciro Nogueira. Espera-se para logo a "bomba" na delação premiada de Marcelo Odebrecht que ficará apenas quatro anos preso em regime fechado (dos 19 que havia sido condenado por Sérgio Moro) e que terá ainda a compensação dos um ano e quatro meses já cumpridos.

### Tentativa

Um dos riscos da Lava Jato para presos com depressão é o da tentativa de suicídio que teria ocorrido (e sutilmente ocultado à divulgação) com o assessor de Palocci, Branislav Kontic. É indispensável extremo cuidado com presos submetidos às demoras convenientes para a saída com as delações premiadas, muitos dos quais tiveram problemas graves de saúde. Talvez, essa seja uma das causas do fato de a força-tarefa ter entendido que há um quadro de saturação com as delações. Por sinal, que devem levar à exaustão investigados e investigadores.

10 OUT 2016

## FOLHA DE LONDRINA

# Luiz Antonio de Souza depõe hoje na Publicano 3

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

O principal delator da Operação Publicano, o auditor Luiz Antonio de Souza, deve ser interrogado hoje no processo relativo à terceira fase das investigações de um esquema de corrupção na Receita Estadual de Londrina, com ramificações pela alta cúpula, em Curitiba. As audiências começaram há duas semanas.

A expectativa é quanto ao teor de seu depoimento, que será o primeiro após o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nannuncio, titular da Publicano, ter revogado os benefícios da delação premiada, a pedido do Ministério Público (MP). Sem os benefícios, ele permaneceu preso e poderia negar o que disse anteriormente, incriminando dezenas de colegas da Receita e empresários.

Souza está detido desde janeiro do ano passado ao ser flagrado com uma adolescente em um motel (ele também responde por crimes sexuais) e, com a delação, sairia

em 30 de junho deste ano. Porém, em maio, foi acusado pelo MP de ter voltado a praticar crimes.

De dentro do presídio, com a ajuda de presos, de parentes e pessoas próximas, teria extorquido empresário, conforme consta da acusação da Publicano 5. Uma dessas pessoas é o advogado Eduardo Duarte Ferreira, que vinha defendendo Souza. Porém, em razão da acusação, Nannuncio baixou medida cautelar impedindo que os réus tivessem contato entre si.

Nas duas últimas semanas, Souza acompanhou, no Fórum, as audiências para ouvir testemunhas de acusação e de defesa, mas, sem advogado constituído. O juiz lhe nomeou um defensor dativo.

A reportagem tentou manter contato com o advogado indicado por Ferreira como sendo o defensor contratado por Souza, mas não houve retorno à solicitação de entrevista. O promotor Jorge Barreto da Costa, que acompanha o processo, preferiu não fazer comentários.

***Será o primeiro depoimento  
após Justiça revogar  
delação premiada***

08 OUT 2016

# O ESTADO DE S. PAULO

## O não-voto é preocupante



Os números são preocupantes. Cerca de 25 milhões de cidadãos brasileiros aptos a irem às urnas deixaram de votar nos candidatos a prefeito e vereador no primeiro turno das eleições municipais, seja por não terem comparecido às secções eleitorais, apesar da obrigatoriedade do voto – o que configura abstenção –, seja por terem votado em branco ou, principalmente, anulado o voto. Em São Paulo, por exemplo, a abstenção de 1,94 milhão dos 8,8 milhões de eleitores registrados, somada aos 367,5 mil votos em branco e 788 mil nulos, resultou em quase 3,1 milhões de não-votos, praticamente o mesmo número de sufrágios que elegeram João Doria.

Em cinco das capitais, onde de modo geral a ausência dos eleitores foi mais expressiva, a soma aos votos brancos e nulos ultrapassou os 21%. O índice mais alto foi registrado no Rio de Janeiro, 24,28%, seguido por Porto Alegre, 22,51%; São Paulo, 21,84%; Belo Horizonte, 21,66%; e Salvador, 21,25%. A capital paulista, porém, encabeça a lista dos não-votos em números absolutos.

O fenômeno da abstenção somado aos votos brancos e nulos é um índice claro da insatisfação e da falta de confiança dos brasileiros nos governantes e na chamada classe política. Há dois fatores aparentemente predominantes na criação desse estado de espírito: o desencanto e a desilusão com um partido cujo grande líder, Lula, chegou a ter um índice de aprovação popular superior a 80% no momento em que deixou a Presidência da República e a indignação e o desalento diante da revelação da corrupção generalizada na gestão da coisa pública, cujas investigações não têm poupado figuras relevantes de praticamente nenhuma legenda partidária.

A decepção com o desastre econômico provocado pela soberba, pelo sectarismo ideológico e pela incompetência política e administrativa do governo Dilma Rousseff foi claramente manifestada pelos brasileiros com a fragorosa derrota imposta ao PT.

Durante os dois mandatos de Lula, uma conjuntura econômica internacional favorável havia abastecido os cofres públicos com recursos suficientes para financiar uma gastança populista que se tornou insustentável quando a “nova matriz econômica” sentiu-se, irresponsavelmente, capaz de moldar à sua feição o mercado interno e desdenhar do externo. Foi o começo do fim da ilusão do paraíso lulopetista, que Dilma Rousseff se encarregou de acelerar com sua inacreditável inabilidade política e incapacidade gerencial.

O descrédito em relação à política e aos políticos, portanto, pode ser debitado ao vexame da aventura populista do lulopetismo, mas também à descoberta, propiciada pela Operação Lava Jato e congêneres, de que os autoproclamados pais da Pátria chefiavam uma quadrilha que se locupletava com dinheiro público.

O PT havia se tornado eleitoralmente competitivo com a insistente promessa, repetida ao longo de seus primeiros 20 anos de existência, de passar o País a limpo e livrá-lo de tudo de errado que faziam “eles”, os não petistas. No momento em que as investigações policiais demonstraram que o rei estava nu, que até os “paladinos das causas populares” metiam a mão no dinheiro do povo exatamente como as velhas raposas às quais se haviam aliado, é natural que muitas pessoas de boa-fé, desiludidas, tenham optado por esquecer que os políticos existem, preferindo cuidar apenas da própria vida, como se fosse possível haver vida em comunidade sem política. Esse é mais um desserviço prestado ao País pelos petistas, que no fundo só valorizam o exercício de liberdades democráticas – como votar e se manifestar nas ruas – por parte de cidadãos “confiáveis”, aqueles que a nomenklatura partidária consegue manter sob controle por meio de entidades e organizações sociais dependentes do Estado.

A alarmante incidência do não-voto neste primeiro turno do pleito municipal deve ser interpretada como uma advertência aos políticos brasileiros,

como declarou o presidente Michel Temer: “A abstenção foi muito significativa. Portanto, é um recado que se dá à classe política brasileira para que reformule eventuais costumes inadequados”. Com longa experiência na política, Temer sabe do que está falando. Como chefe do governo, cabe-lhe a responsabilidade de um papel importante na identificação e correção de “costumes inadequados”.



08 OUT 2016

# O ESTADO DE S. PAULO

## Para TSE, chapa usou gráfica para 'desvios'

Laudo contábil diz que fornecedora de campanha presidencial, a Focal, foi utilizada 'para outros fins', tendo recebido R\$ 3,2 mi de forma suspeita.

Laudo contábil do Tribunal Superior Eleitoral afirma que a Focal Confeções e Comunicação Visual recebeu R\$ 3,2 milhões de forma irregular da campanha presidencial de 2014 de Dilma Rousseff e pode ter sido usada para desvios de recursos eleitorais.

O documento anexado à ação de investigação eleitoral de cassação da chapa Dilma-Temer será compartilhado com investigadores das operações Lava Jato e Custo Brasil. Os dois grupos apuram corrupção e lavagem de dinheiro na Petrobrás e no Ministério do Planejamento, respectivamente, que teriam beneficiado o PT.

"A empresa (Focal) não possui controles adequados para subcontratação de empresas, deficiências nos registros contábeis e não apresentou documentos hábeis a comprovar que os produtos e serviços contratados pela chapa presidencial eleita em 2014 foram integralmente produzidos e entregues à campanha, não afastando nessa hipótese, desvio de finalidade dos gastos eleitorais para outros fins que não o de campanha", concluíram quatro peritos contábeis do TSE.

Segunda maior fornecedora da campanha petista em 2014 – com recebimento de R\$ 24 milhões, atrás apenas do marqueteiro João Santana (R\$ 70 milhões), a Focal pertence a Carlos Roberto Cortegoso. O empresário é investigado pela Polícia Federal e Ministério Público Federal nas duas operações – na Custo Brasil, ele é réu – por suposta ocultação de propinas.

Os dados contábeis do TSE permitirão aos investigadores criminais o rastreamento de possíveis valores ilícitos movimentados por Cortegoso em favor do

• vice  
**R\$ 24 mi**

é o valor recebido pela Focal Confeções e Comunicação Visual da campanha de Dilma, em 2014. A empresa pertence a Carlos Roberto Cortegoso, réu na Operação Custo Brasil, que investiga desvios no Ministério do Planejamento. Trata-se da segunda maior fornecedora de serviços da chapa vencedora na última eleição presidencial. A maior, de João Santana, recebeu R\$ 70 mi.

### Defesa de Doria diz que promotor faz 'ilações'

Em defesa contra a ação movida pelo Ministério Público Eleitoral que pede a cassação do prefeito eleito João Doria (PSDB) por abuso de poder político nestas eleições, os advogados do tucano acusam a Promotoria de fazer "ilações". O promotor José Carlos Bonilha, responsável pela ação, informou que também instaurou um procedimento para investigar o prefeito e candidato derrotado à reeleição Fernando Haddad (PT). Os advogados do tucano rebatem as acusações de que ele teria se beneficiado do maior tempo de propaganda eleitoral de TV.

PT. "A análise da perícia contábil no fornecimento de bens e serviços da empresa Focal Confeções e Comunicação Visual Ltda à chapa presidencial eleita em 2014 apresentaram inúmeras inconsistências", registra o laudo, que é de 22 de agosto.

**Defesa.** A defesa da campanha da presidente afastada Dilma Rousseff afirma que os peritos "não realizaram" todos os procedimentos de investigação necessários sobre os serviços de gráficas. "Ao considerar o laudo pericial como insuficiente, incompleto e impreciso, a defesa de Dilma Rousseff requereu ao TSE que nova perícia contábil seja realizada", diz o advogado Flávio Caetano. O TSE negou ontem, no entanto, a nova perícia e considerou a medida protelatória (*mais informações nesta página*). O advogado acrescenta que a Focal realizou os serviços da forma combinada, com preços de mercado.

Cortegoso foi procurado, mas não respondeu à reportagem até a conclusão desta edição. Em outra ocasião, ele negou ilícitos nas movimentações financeiras de suas empresas. / RICARDO BRANDT, JULIA AFFONSO e FAUSTO MACEDO

08 OUT 2016

## O ESTADO DE S. PAULO

# Fux diz que STF vai limitar ações por remédios

Ministro afirmou crer que a Corte não dará 'tudo a todos' na ação que pede que o Estado forneça fármacos de alto custo

**Álvaro Campos**

**Eduardo Laguna**

**Fabiana Cambricoli**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux disse ontem acreditar que a decisão da Corte sobre a oferta de medicamentos de alto custo pela rede pública não deverá ser no sentido de obrigar o Estado a dar tudo a todos. Em julgamento iniciado em setembro e ainda sem data para terminar, o Tribunal avalia a obrigatoriedade do governo em fornecer remédios que não constam da lista do SUS ou que não tenham registro no País.

Segundo Fux, o STF deverá estabelecer critérios para o fornecimento de remédios pela rede pública. "Não (*será tudo para todos*). Vai ser uma solução sob medida. O Supremo será o artesão na solução desse caso. Vai ser uma decisão de alfaiate", disse ele na tarde de ontem, após participar de painel sobre judicialização no Summit Saúde Brasil, evento promovido pelo Estado em São Paulo.

Fux afirmou não poder adiantar o voto que defenderá no julgamento, mas antecipou seu entendimento. "Sou a favor de uma fórmula que faça prevalecer o direito fundamental do cidadão à saúde, que está na Constituição. Mas acho que o Supremo vai estabelecer critérios. Há casos excepcionais que merecem soluções excepcionais", afirma. Já votaram os ministros Marco Aurélio Mello, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin,

todos no sentido de autorizar o fornecimento só em casos excepcionais.

Também presente no Summit, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse ter certeza de que o Supremo terá "bom senso na decisão", mas afirmou que o gasto com compra de remédios de alto custo acima do previsto em orçamento poderá desestruturar o sistema público.

"Nós vamos cumprir as decisões, como temos feito, apenas que isso desestrutura todo o nosso sistema e, se as decisões forem muito exigentes, desestruturam outros sistemas do governo, que terão de socorrer a Saúde", afirmou.

Barros disse ainda que o governo federal tem como meta restabelecer em um ano o financiamento de serviços do SUS que deixaram de receber recursos da União, o que já resulta numa dívida de R\$ 3,5 bilhões com Estados e municípios. "O governo já reconheceu que esses serviços estão funcionando, mas não publicou a portaria que permite o pagamento mensal do aporte de cofinanciamento do governo federal", disse Barros, justificando a situação à falta de caixa da União.

**Zika.** O ministro afirmou que, após quase um ano de atraso, a compra de repelentes para distribuição entre gestantes do Bolsa Família para a proteção contra o vírus zika finalmente está sendo feita. Ele não informou quantas mulheres serão beneficiadas, mas disse que a distribuição do produto começará em novembro. Serão investidos R\$ 300 milhões por ano.

# O ESTADO DE S. PAULO PGR pede ao Congresso

08 OUT 2016

## que archive PEC do Teto

Órgão diz que projeto é inconstitucional e ameaça as ações de combate à corrupção

Igor Gadelha

Julia Lindner / BRASÍLIA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ontem ao Congresso Nacional nota técnica pedindo o arquivamento ou a alteração do texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um teto para os gastos públicos. O órgão afirma que a matéria é inconstitucional e ameaça as ações de combate à corrupção no País.

Ontem, PT e PCdoB entraram no Supremo Tribunal Federal com mandado de segurança, com pedido de liminar, solicitando a suspensão da tramitação da PEC. Sustentam que houve “ilegalidade e abuso de poder” no processo. Argumentam que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), está impedido de pautar a PEC, pois foi coautor do texto.

Na nota, a PGR argumenta que o prazo de 20 anos da regra prevista na PEC é “longo o suficiente para limitar, prejudicar, enfraquecer o desempenho do Poder Judiciário e demais instituições do Sistema de Justiça e, nesse alcance, diminuir a atuação estatal no combate às demandas de que necessita a sociedade, entre as quais o combate à corrupção”.

Assinado pelo secretário de Relações Institucionais da PGR, o procurador da República Peterson de Paula Pereira, o documen-

to diz que a Justiça terá importante diminuição, pois estará impedida de ampliar sua estrutura, aumentar suas despesas com investimentos, nomear novos membros e servidores, promover reajustes de despesas com pessoal e encargos sociais dos agentes públicos e pagar inativos e pensionistas.

Para o órgão, a PEC cria uma ideia de “super órgão” do Poder Executivo que, “a pretexto de trazer a trajetória da dívida pública para níveis sustentáveis, passará a controlar os demais poderes ainda que de maneira indireta, inviabilizando o cumprimento de suas funções constitucionais e institucionais”.

**Procuradoria.** O relator da PEC na Câmara, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), afirmou que a Procuradoria faz uma “chantagem” para poder gastar mais. “A PGR está muda e surda à afirmação do presidente Michel Temer de que está dando todo apoio à Operação Lava Jato”, disse. Na avaliação dele, o parecer não vai afetar a votação da PEC na segunda. “Pelo contrário, vai estimular os deputados a votarem a favor porque o que eles querem é a absoluta liberdade para gastar e isso vai deixar os deputados bravos”, disse.

Perondi afirmou que a PEC é constitucional e foi muito discutida na comissão de Constituição e Justiça da Casa. Segundo ele, dentro do teto de

cada Poder, há liberdade para a decisão para os gastos.

Entre as sugestões da PGR, está a mudança no prazo para 10 anos de vigência, com possibilidade de revisão a partir do 5.º exercício. Pelo texto atual, a regra vai vigorar por 20 anos, com possibilidade de revisão a partir do 10.º ano. Propõe também a exclusão, da regra do teto, de atividades de combate à corrupção e reajuste de pessoal, além da distribuição e transferência do saldo positivo das receitas que a União tiver fruto do crescimento real da economia para instituições do Judiciário, para evitar o enfraquecimento da Justiça.

O governo terá de recorrer a uma manobra regimental para garantir a votação da PEC na segunda-feira, 10, como previsto. Sem conseguir mobilizar deputados para realizar uma sessão ontem e contar prazo, o Executivo terá de aprovar um requerimento para quebrar o período de duas sessões exigidas entre a votação da PEC nas comissões e no plenário. /

COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

# O ESTADO DE S. PAULO

BARRY WOLFE

09 OUT 2016

## A Lava Jato e o crime desorganizado no Brasil

**A**o apresentar recente denúncia contra o ex-presidente Lula, procuradores do Ministério Público Federal acusaram-no de ser comandante de uma “organização criminosa”. O uso dessa expressão forte, que continua causando ruídos no Fla-Flu que o cenário político brasileiro se tornou, merece exame mais atento.

Para ser bem claro, a verdade é que os esquemas de propina investigados pela Lava Jato podem ser muita coisa, mas chamá-los de “organização” não parece correto. Há um sutil erro no uso desse termo que vale a pena analisar.

Os criminologistas italianos Della Porta e Vannucci demonstram que para um esquema corrupto funcionar, quando envolve muitas partes e grandes quantias, a corrupção tem de ser sistêmica. E corrupção sistêmica tem duas características principais. Primeiro, tem de haver regras de jogo claras e respeitadas por todos os envolvidos – por exemplo, estabelecendo que, uma vez combinado o valor da propina, o “prestador do serviço” entrega exatamente o prometido pelo preço acertado.

A outra regra fundamental é a obrigação de sigilo, nunca falar da transação e jamais dedurar os participantes. Esta segunda característica mostra a existência de um sistema de “governança” para garantir a adimplência das regras.

Em termos de dinâmicas organizacionais, esses são nada mais, nada menos que os dois pilares do crime organizado propriamente dito. A obrigação de sigilo é o vínculo de coesão dos envolvidos, de comprometimento mútuo – chamado

**Chamar de organização o vale-tudo do petrolão é ofender ‘instituições’ como a Máfia siciliana**

no Brasil de “rabo preso”. Para entrar no grupo um novo integrante tem de ter o “rabo preso” com seus confrades.

Na Máfia siciliana, o arquétipo de crime organizado, esse processo tem nome, Omertà. Para ser accito como membro pleno da família o novato deve cometer um assassinato. Assim ele fica comprometido. Não só ele, cada participante está da mesma maneira comprometido com os outros. Cada indivíduo possui informações que podem incriminar os demais. Daí, se todos ficam quietos, todos estão protegidos; se um abre a boca, todos se tornam vulneráveis – e a casa pode cair.

O outro pilar é a contrapartida do primeiro. Toda organização criminosa tem um mecanismo para manter seus membros na linha, o que, na prática, envolve ameaçar e intimidar o potencial violador das regras, até usar da violência física se e quando necessário.

No Brasil, essa parte é conhecida como “queima de arquivo”. Porém aqui esse conceito é mais restrito e tem origem na ditadura, quando se referia à eliminação de provas.

Numa organização criminosa, a destruição de evidências comprometedoras é só um aspecto, nem sequer o mais básico, de seu *modus operandi*. Mais importante é garantir o cumprimento das obrigações, sendo a mais fundamental a de calar a boca. Isso implica enviar uma mensagem clara a potenciais dissidentes advertindo sobre o que vai acontecer com eles se transgredirem.

Olhando pelo prisma desses conceitos, o esquema de corrupção investigado pela Lava Jato representa o ápice do crime desorganizado. Para começar, não havia regras claras – e as que havia nem sempre eram cumpridas. Quem pagava propina não tinha certeza se o acordo seria honrado. Os ditos “lobistas” e outros intermediários ofereciam resolver situações, aceitavam de bom grado o dinheiro e nem sempre entregavam o serviço. Ou pediam mais dinheiro e, ainda assim, às vezes não davam o prometido. Pior, alguns exigiam pagamento de propina na caradura, sem nenhuma oferta em troca e sob ameaça de prejudicar o pagador. Extorsão pura.

Isso ocorria porque não havia ninguém para controlar as transações – isto é, para garantir o cumprimento das regras.

O que se percebe agora, com uma certa perspectiva, é que os esquemas revelados pela Lava Jato eram uma mistura de gula, Lei de Gerson e da mais imaculada sensação de impunidade. Quem pagava propina aceitava seu papel de vítima e otário.

Quando a Lava Jato começou, usando prisão preventiva para forçar delação premiada, com base no modelo italiano da Operação Mãos Limpas, a atividade de dedurar virou bola de neve, superando todas as expectativas dos promotores. Trata-se apenas do antigo jogo do dilema do prisioneiro. Nele, dois presos são postos em celas separadas. Se os dois ficam quietos, ambos se salvam.

**CONTINUA**

09 OUT 2016

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

O objetivo dos captores é convencer ao menos um deles de que seu colega abriu a boca. Se ele acredita nisso, tem de falar também para se salvar ou, pelo menos, mitigar sua situação.

Para usar uma dessas metáforas de filme de máfia, no caso da Lava Jato a delação corre solta porque não há uma equipe de gângsteres durões para passar simples mensagem: cale a boca ou você ou sua família serão mortos. Claro, isso é apenas metafórico – mas, como se viu, a existência de algum tipo de controle pela ameaça é condição *sine qua non* para configurar a organização criminosa.

Chamar de “crime organizado” os esquemas de falcatruas que envolveram Petrobrás, políticos, empreiteiras, agências de publicidade e outros atores, portanto, chega a ser quase ofensivo a “instituições” como a Máfia, esta, sim, organizada.

Talvez o modelo criminoso mais próximo do que ocorreu no Brasil seja o das gangues, nas quais o vale-tudo impera. Ou, caso se queira ficar em terminologia próxima à eleita pelos procuradores federais, bem cabe a expressão “desorganização criminosa”.

Seja qual for a escolha das palavras, isso demonstra que a situação é ainda mais assustadora do que aquela que seria traduzida por uma “organização”. Nesta, ao menos, há regras, ou seja, algum tipo de limite. No vale-tudo, não.

●  
ADVOGADO PÓS-GRADUADO EM  
DIREITO ECONÔMICO PELA YALE  
LAW SCHOOL, MESTRE EM DIREITO  
INTERNACIONAL POR CAMBRIDGE,  
É DIRETOR DA WOLFE ASSOCIATES  
(WWW.WOLFE.COM.BR), CONSULTORIA  
EM COMPLIANCE PREVENTIVA,  
AVALIAÇÃO DE RISCOS E INVESTI-  
GAÇÃO DE FRAUDES CORPORATIVAS

09 OUT 2016

## O ESTADO DE S. PAULO

Vice-presidente do Supremo, ministro não endossa crítica de 'espetacularização' feita pelo colega Teori Zavascki e diz que operação é produto do 'processo civilizatório' do País

# Lava Jato não é 'golpe' ou 'exceção', afirma Toffoli

**Luiz Maklouf Carvalho**

ENVIADO ESPECIAL / BRASÍLIA

Dois ministros José Antonio Dias Toffoli – um pintado, na parede; outro fotografado, na mesinha de vidro – ilustram a sala de espera de seu amplo gabinete no quarto andar do anexo 2 do Supremo Tribunal Federal, onde recebeu o **Estado** na noite da quinta-feira passada. As imagens regulam por outubro de 2009, ano em que chegou à Corte, com 41 anos, indicado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e aprovado pelo Senado.

Lá se vão quase sete anos. O ministro ficou grisalho, introjetou profundamente a garantia constitucional da vitaliciedade – “Estando aqui você não deve nada a ninguém” – e ganhou em ponderação e, com trocadilho, empoderamento.

“Um juiz tem de ter sobriedade. É um juiz de Suprema Corte tem de ter sobriedade de sobra, paciência e couro curtido”, respondeu, por exemplo, para explicar sua sóbria reação, em agosto passado, ao ver-se, na capa da revista *Veja*, em acusação relacionada à Operação Lava Jato (*empregueira delata ministro do Supremo*).

“Fiquei completamente chocado, a matéria era um vazio,

não tinha absolutamente nada, mas, enfim, a gente sabe que apanha quando está num cargo desses”, disse. “Aqui nós desagradamos a muitas pessoas. Tenho colegas aqui que já foram ameaçados.”

A Operação Lava Jato acabou sendo o tema principal da entrevista. O ministro a defendeu como enquadrada nas leis, criticou as críticas e atribuiu a profundidade das investigações a uma melhoria da legislação. “Jamais existiria a Lava Jato se não houvesse as leis aprovadas nos últimos anos pelo Congresso Nacional, e sancionadas pelos últimos presidentes da República.”

### ● O Supremo não está demorando com a tramitação da Operação Lava Jato?

Diante da complexidade do tema, eu não vejo que haja atraso. Pelo contrário, está num ritmo bem adequado. O Supremo não é só um tribunal criminal. Trata de várias questões da Nação brasileira. Lá em Curitiba o juiz é exclusivo para isso, está designado para cuidar só deste caso.

### ● Há quem considere essa exclusividade inconstitucional, por supostamente ferir o princípio do juiz natural.

Não acho que seja. É uma causa grande e complexa. O tribu-

nal entendeu por bem designar um outro juiz para cuidar das demais causas da vara.

### ● E no Supremo, como é que funciona o andamento das questões penais no geral, e no caso Operação Lava Jato?

Aqui todos nós temos direito a ter um juiz criminal auxiliar, o que ajuda muito. O ministro Teori Zavascki (*relator dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal*) foi autorizado a convocar mais um.

### ● Por que o Supremo demora tanto a julgar os políticos?

É importante lembrar – até para corrigir uma injustiça – que, até dezembro de 2001, os parlamentares não eram processados aqui no Supremo porque precisava de autorização prévia da respectiva Casa Legislativa.

### ● O que foi que mudou em dezembro de 2001?

Uma emenda constitucional inverteu a lógica: a Justiça está autorizada a processar; se o Congresso quiser, ele pode, por maioria absoluta, suspender a tramitação.

**CONTINUA**

● **A qual injustiça o senhor se refere?**

À falsa ideia de dizer que o Supremo não punia. É que não podia processar. Temos de respeitar os colegas que já se aposentaram.

● **No caso da Ação Penal 470 – o chamado mensalão – o Supremo ficou um longo período tratando quase que exclusivamente do caso. O ministro Teori Zavascki poderia ou deveria acelerar e focar o trabalho do gabinete com prioridade absoluta para a Operação Lava Jato?**

Eu pedi pra fazer um levantamento: a AP 470 exigiu da Corte 53 sessões plenárias, em pouco mais de quatro meses.

● **É algo assim que tem de ser feito agora?**

Por enquanto, a maioria desses casos está em instrução, e alguns já estão sendo levados às turmas para julgamento. A decisão de mandar a maioria dos casos para as turmas – antes todos eles iam a plenário – dinamizou muito o andamento das ações penais contra quem tenha prerrogativa especial de função.

● **Qual é o ritmo processual dessas ações aqui, no Supremo?**

Do ponto de vista processual, a legislação para o foro de prerrogativa – Lei 8.038, de 90 – tem um ritual mais lento do que aquele relativo a quem não tem foro. E é óbvio que quando você está num colegiado você tem de preparar um voto para convencer os colegas. Um juiz de primeira instância não tem de convencer mais ninguém, só ele mesmo.

● **Tem alguma coisa na Lava Jato que incomode o senhor?**

Existem meios jurídicos de tentar combater os excessos que possam ocorrer nessa operação. Não se pode falar que é golpe, exceção, que não é o juiz natural. Isso está tudo dentro do Estado Democrático de Direito. E todo mundo tem advogado, faz o seu recurso, apresenta a sua defesa, nas devidas instâncias judiciais.

● **Não lhe parece que o Ministério Público tem apresentado algumas denúncias como se elas já fossem a sentença?**

Quando o Ministério Público apresenta uma denúncia é porque está convencido de que houve o crime, que existe uma autoria e que ele teria elementos de prova. Ao fim e ao cabo, quem decide é o juiz.

● **Na terça-feira passada, o ministro Teori Zavascki criticou, na segunda turma, da qual o senhor faz parte, o que chamou de espetacularização na apresentação da denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O sr. concorda com a crítica?**

Aquilo foi uma manifestação dele, que tem mais conhecimento sobre o caso.

● **E qual é a sua manifestação?**

É muito melhor um Estado Democrático de Direito em que o órgão acusador vai lá e, publicamente, divulga a sua opinião do que nós termos um regime de exceção, em que ninguém pode falar. Aqueles que se sentirem prejudicados com algum tipo de excesso vão ter a justiça para se socorrer. A mim, não causa espécie.

● **Qual é a importância da Operação Lava Jato?**

Eu não acho que a história e o processo civilizatório brasileiro começaram com essa operação. Eu acho que ela é produto do processo civilizatório. Jamais existiria a Lava Jato se não houvesse as leis aprovadas nos últimos anos pelo Congresso Nacional e sancionadas pelos presidentes da República, entre elas, a da colaboração premiada.

● **O que lhe parece o juiz Sérgio Moro?**

Parece uma pessoa extremamente preparada.

### ● **Leis**

“Eu acho que ela (Operação Lava Jato) é produto do processo civilizatório. Jamais existiria a Lava Jato se não houvesse as leis aprovadas nos últimos anos pelo Congresso Nacional e sancionadas pelos presidentes da República, entre elas, a da colaboração premiada.”

**Dias Toffoli**

MINISTRO DO SUPREMO

# O ESTADO DE S. PAULO Ex-PT, ministro diz que se tornou 'mais liberal'

09 OUT 2016

Para Dias Toffoli, 'quanto mais a sociedade não depender do Estado, melhor para a sociedade'

**Luis Maklouf Carvalho**

ENVIADO ESPECIAL / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal está mudando, aos poucos, algumas convicções do ministro Dias Toffoli. Uma, que ele disse poder contar, e contou, é estar achando que mais liberdade e menos proibição é melhor para todos. "A proibição leva à corrupção, a liberdade leva ao controle", formulou, na entrevista ao **Estado**.

"Eu penso num Estado menos intervencionista, com uma sociedade mais livre. Quanto mais a sociedade não depender do Estado, melhor para a sociedade."

Lembrado de que jogava na ponta esquerda ao entrar para a Corte, reagiu com um "não exatamente". E ajustou: "Eu tinha uma formação católica social de esquerda – e continuo com ela. Mas me tornei mais liberal. Esse tanto enorme de processos judicializados talvez fosse desnecessário se houvesse menos Estado e mais sociedade civil".

O ministro recebeu o **Estado** acompanhado, o tempo todo, por um assessor graduado do gabinete. O gravador de seu celular já estava acionado antes mesmo do começo da entrevista. "Nós também estamos gravando", informou o ministro quando avisado de que a conversa seria gravada.

Foi uma quinta-feira cheia. Depois de sessão plenária que decidiu por 6 a 5 a prisão já depois da segunda instância – ele reformulou o voto e ficou entre os perdedores –, subiu apressado ao gabinete para receber uma delegação do Irã, em visita

à Corte. E atribuição do vice-presidente quando a presidência não pode fazê-lo.

**mensalão.** O chamado mensalão, ou Ação Penal 470, entrou na conversa quando o ministro observou que, às vezes, as coisas parecem não ter fundamento, mas, vistas de perto, têm. Citou o caso do ex-deputado federal José Genoino, que condenou. "Muita gente achava óbvio absolver o Genoino", disse. "Eu trabalhei com ele, que foi meu chefe na liderança do PT, era um parlamentar admirado por muita gente, tínhamos uma relação. Eu votei pela condenação, porque tinha provas contra ele." E no caso do ex-ministro José Dirceu, por ele absolvido? "Para a maioria dos colegas da Corte, o Zé Dirceu era culpado. Mas eu avaliei que não tinha prova." E acrescentou: "Eu tenho de julgar de acordo com o que está nos autos e nas provas, e não pelo meu desejo".

Sobre a prisão do ex-ministro José Dirceu na Operação Lava Jato, Dias Toffoli fez um único comentário: "Do Zé Dirceu não chegou nada aqui, pelo menos na segunda turma, nem o habeas corpus". Nenhum sobre o ex-presidente Lula. E este sobre a decisão recente de mandar soltar o ex-ministro Paulo Bernardo: "O fundamento da prisão era que o dinheiro não foi achado com ele, e que então ele podia usar esse dinheiro para fugir. Isso não é fundamento, e existem precedentes nesse sentido aqui, na Corte. O fundamento da prisão é muito importante na análise do Supremo".

## • Posição

"Eu penso num Estado menos intervencionista, com uma sociedade mais livre. Quanto mais a sociedade não depender do Estado, melhor para a sociedade."

"Eu tinha uma formação católica social de esquerda – e continuo com ela. Mas me tornei mais liberal."

**Dias Toffoli**

MINISTRO DO SUPREMO



09 OUT 2016

## O ESTADO DE S. PAULO

### Para advogado, exclusividade de Moro fere direito

“A exclusividade nos processos da Lava Jato faz do sr. Sérgio Moro um juiz de exceção, o que é inconstitucional e pode levar à nulidade de toda a operação no Supremo Tribunal Federal”, disse ao **Estado** o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, também conhecido por Kakay, dono de poderosa banca com sede em Brasília.

Almeida Castro contabiliza 18 clientes de alguma forma ligados à Lava Jato – entre eles os senadores Aécio Neves (PSDB-MG), Romero Jucá (PMDB-RR), Edison Lobão (PMDB-MA) e Ciro Nogueira (PP-PD); o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) e sua filha, a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB). Em janeiro, foi um dos 105 assinantes da carta aberta em que advogados acusaram a “república de Curitiba” de violar garantias do direito de defesa – rebatida com veemência pelo acusados.

“A competência única de Moro fere o direito constitucional do juiz natural, da livre distribuição do processo”, disse ele em seu palacete do Lago Sul. “Ele é o único juiz do Brasil que tem essa exclusividade – o que também não está contemplado na Lei Orgânica da Magistratura; mais cedo ou mais tarde o Supremo terá de enfrentar essa questão.”

Já se vão oito meses desde a carta de protesto que fez barulho. “Eu ainda a assinaria cem vezes”, disse. “A Operação Lava Jato é importantíssima, a corrupção que está sendo desnuda é algo que impressiona, mas

tudo isso tem de ser feito dentro dos limites do Estado Democrático de Direito, com as prerrogativas preservadas e sem que a prisão preventiva vire a regra, como continua a acontecer.” Ele criticou o Ministério Público Federal: “Estão apresentando denúncia como se já fosse sentença, para acuar o Judiciário, com uma espetacularização que atenta contra o princípio de paridade de armas.”

Nem só a Lava Jato ocupa Almeida Castro. Na quinta passada ele assistiu, entre desolado e indignado, ao Supremo Tribunal Federal aprovar, por 6 a 5, que réus podem ser presos a partir de decisão de 2.ª instância, drástica modificação do princípio de presunção da inocência como estabelecido na Constituição. Atuou na causa, pela manutenção do princípio, a convite do Partido Ecológico Nacional, em Ação Direta de Constitucionalidade. “Será uma tragédia para as pessoas desassistidas. Mas ainda tenho a esperança de conseguir a maioria do plenário quando o Supremo for julgar o mérito.” /L.M.C.

09 OUT 2016

## O ESTADO DE S. PAULO

### STJ discute esvaziar os casos da Corte Especial

**O** STJ começará a discutir uma proposta que pode transferir todos os processos envolvendo governadores, desembargadores e ministros de tribunais de contas da Corte Especial para a 3ª seção. A presidente, ministra Laurita Vaz, montou comissão para avaliar o tema. Se aprovado, o ministro Herman Benjamin deixa de ser o relator da Acrônimo. No seu lado mais conhecido, a investigação apura esquema de corrupção envolvendo o governador de Minas, Fernando Pimentel. Se vingar, a mudança esvazia a Corte Especial, que só analisaria recursos.

10 OUT 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Joaquim Barbosa é condenado a pagar R\$ 20 mil por ofender jornalista

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal condenou o ministro Joaquim Barbosa, aposentado do Supremo Tribunal Federal, a indenizar em R\$ 20 mil o jornalista Felipe Recondo por danos morais. Por três votos a dois, a corte considerou que, quando Joaquim mandou Recondo “chafurdar no lixo”, ofendeu sua honra e causou transtornos inclusive profissionais.

Com a decisão, o TJ-DF reformou a sentença, que havia negado o pedido de indenização de Recondo, à época das ofensas, repórter do jornal O Estado de S. Paulo, hoje sócio do site Jota. A corte também superou uma questão preliminar levantada pelo desembargador Fernando Habibe, segundo a qual Joaquim não poderia responder pelo dano. Como era presidente do Supremo na época, a União é quem deveria responder pela ofensa, de acordo com o desembargador.

A preliminar foi superada por três votos a dois. Venceu o entendimento do relator do caso, o desembargador Cruz Macedo, de que Joaquim não falou como presidente do Supremo ou do Conselho Nacional de Justiça quando destratou o jornalista. A preliminar havia sido levantada por Habibe na segunda-feira (3/10), mas o julgamento foi interrompido porque a câmara que discutia o caso está com um membro a menos. O caso foi definido nesta quinta, com o voto de um desembargador convocado.

Embora tenha levantado a preliminar, no mérito Habibe ficou vencido porque arbitrou a indenização em R\$ 35 mil, considerada muito alta. No outro extremo, o desembargador Rômulo de Araújo Mendes, que concordara com a preliminar, queria a indenização em R\$ 10 mil. Venceu o “voto médio” do presidente da câmara, Sérgio Rocha.

10 OUT 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Redução de gastos em debate

**A** Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita os gastos públicos à correção da inflação do ano anterior está causando grande polêmica não só em Brasília, mas em todo o país. Mais do que uma discussão sobre o “tamanho” do Estado que estará à disposição dos

brasileiros, a questão é quanto o Brasil pode investir no bem estar da população.

Falar sobre “Estado mínimo” é uma abordagem típica do sistema neoliberal, que busca entregar à exploração da iniciativa privada boa parte dos setores considerados não essenciais. Mas

até mesmo defensores intransigentes do “Estado máximo”, como as correntes mais à esquerda do espectro político, entendem que alguma coisa precisa ser feita para estancar a crise econômica e financeira pela qual passa o país.

O grande problema, no entanto, é garantir

que setores essenciais como Saúde e Educação não sejam prejudicados neste processo. Para isso, outros setores terão que sofrer as consequências da redução de verbas. Achar o equilíbrio entre estes interesses é a chave para que o Brasil volte a crescer, e ao mesmo tempo um gigantesco desafio. ■

## Maia rebate PGR e defende PEC do Teto

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

**\*** O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), criticou nota técnica enviada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Congresso Nacional sugerindo o arquivamento da chamada PEC do Teto dos Gastos. A nota da PGR considera que a PEC é inconstitucional e fere a independência entre os poderes porque o Executivo teria, a pretexto de controlar os gastos, a condição de inviabilizar o funcionamento pleno dos demais, se tornando assim um “super órgão”.

Em nota divulgada à imprensa, Maia argumenta que a PEC tem o objetivo de “corrigir o desequilíbrio instaurado nas contas públicas a

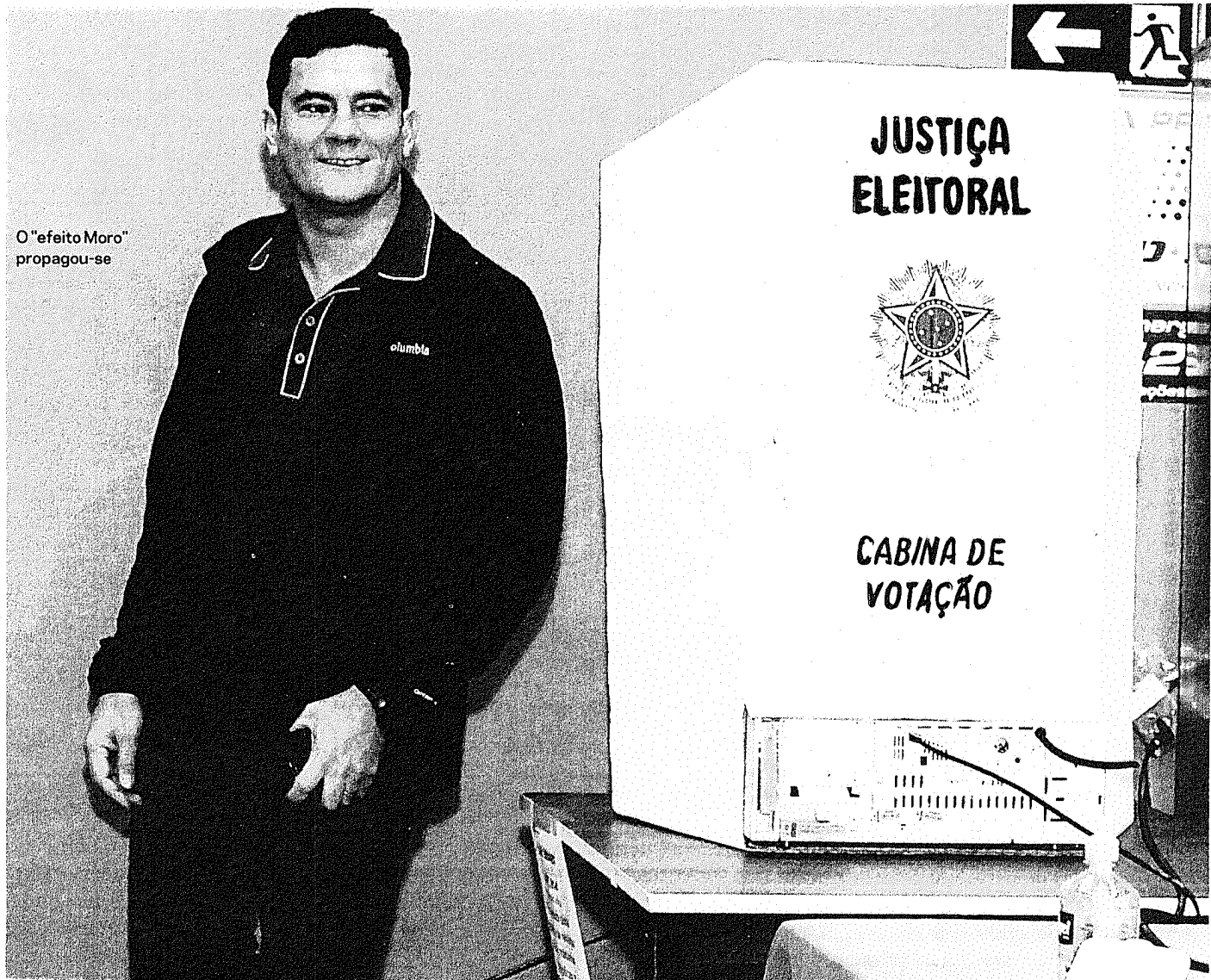


Maia: “PEC tem o objetivo de corrigir o desequilíbrio instaurado nas contas públicas”

partir do acelerado aumento da despesa pública primária entre os anos de 2008 e 2015”. Maia considera que a proposta é “condição indispensável para a retomada de

uma trajetória de crescimento sustentável da economia brasileira, bem como para o estabelecimento de padrões de gestão responsável da dívida pública”. ●

CARTA CAPITAL 08 OUT 2016



O "efeito Moro"  
propagou-se

# A ELEIÇÃO DA LAVA JATO

A DEMONIZAÇÃO DA POLÍTICA AFASTA  
OS MAIS POBRES DAS URNAS EM UMA DISPUTA  
QUE TEVE UM GRANDE DERROTADO, O PT

POR RENAN TRUFFI

CONTINUA

**D**ois fenômenos desmontaram nas eleições municipais deste ano, ambos com uma relação umbilical. O número de abstenções, votos brancos e nulos passaram de 30% nas principais cidades, prova do efeito deletério da demonização da política. Quem mais recusou a votar foram os moradores das periferias pobres. Ao mesmo tempo, o PT sofreu seu maior revés eleitoral na história. Em relação à disputa de 2012, o partido perdeu 10 milhões de votos e 242 prefeituras. Foi ultrapassado até pelo PSB no número de cidades governadas, o que levou a agremiação fundada por Miguel Arraes a se proclamar a principal “força de esquerda” do Brasil. Tais resultados podem ser creditados diretamente na conta do juiz Sergio Moro e da força-tarefa da Lava Jato.

O desinteresse da população foi cristalino: 25 milhões de eleitores, 17,5% do total, não votaram no primeiro turno. A soma das abstenções, brancos e nulos supera a votação conjunta dos candidatos em primeiro e segundo lugar em 22 cidades. Em dez capitais, São Paulo e Rio de Janeiro incluídos, foram maiores do que os votos conquistados pelos primeiros colocados.

A eleição paulistana foi a mais emblemática. A cidade bateu um novo recorde de abstenção, 21,8%, o equivalente a pouco mais de 1,9 milhão de eleitores. Foram 367 mil votos em branco e 788 mil anulações. No fim das contas, cerca de um terço do eleitorado de São Paulo decidiu abster-se da escolha do próximo prefeito. Vencedor em primeiro turno, com 53%, o tucano João Doria amealhou menos, 3,08 milhões de votos. A campanha do PSDB na capital paulistana captou a rejeição à política. Além do antipetismo, parece ter funcionado a favor do “empresário” o fato de ter se apresentado como “gestor”, um *outsider* (estratégia semelhante levou Fernando Collor à Presidência da República em 1989). “Todos os partidos foram vítimas do voto útil, que faz com que os eleitores votem em quem não querem. Tivemos quase 35% de desistências em São Paulo. Foi uma derrota do modelo eleitoral”, critica Ricardo Young, atual vereador e candidato da Rede.

**O**s votos que deixaram o PT migraram de forma aleatória e não se pode apontar exatamente um vencedor, embora o PSDB tenha sido o partido mais beneficiado no primeiro turno. Os tucanos foram os mais votados e aumentaram o número de prefeituras, conforme se vê no gráfico nesta página. Houve ainda vitórias pessoais, como a reeleição consagrada de ACM Neto em Salvador (mais de 70% dos votos), que fez nascer o “neocarlismo” na Bahia e projeta o prefeito como um candidato competitivo ao governo estadual em 2018.

Grande parte dos antigos eleitores petistas optou, no entanto, por legendas de esquerda e agremiações criadas há poucos anos, sem clara distinção ideológica. A dispersão impediu que as forças em disputa pelo espólio petista (PSOL, PCdoB, PDT e Rede) pudessem se declarar herdeiras naturais. Parceiro histórico da legenda de Lula, o PCdoB cresceu 52%, é fato, mas continua distante dos maiores em números absolutos. Passaram de 51 prefeituras para 80. E mais da metade delas ficam no Maranhão (46%), estado governado por Flávio Dino, cujo índice de aprovação beira os 60%.

Apesar de ter conseguido o maior feito das esquerdas, levar Marcelo Freixo para o segundo turno no Rio de Janeiro, o PSOL conquistou duas prefeituras no domingo 2, mesmo número de 2012. Além da capital fluminense, continua na disputa em outras duas cidades, entre elas Belém do Pará. “O PSOL tem pouco espaço para crescer, pois repete o estilo do PT dos anos 1980”, afirma o cientista político Cláudio Couto, da Fundação Getúlio Vargas. “Mas não estamos mais nos anos 1980. Boa parte das posições atuais do PSOL foi abandonada pelo PT ao longo do tempo. Eles romperam com o governo Lula por conta da reforma da Previdência. Pergunto: não é necessário debater uma reforma da Previdência?”

Paradoxalmente, o maior desafio de Freixo no Rio de Janeiro é conquistar os votos da periferia. A exemplo de Fernando Haddad em São Paulo, o candidato do PSOL foi muito mal nas áreas pobres. Seus piores índices vieram de bairros como Santa Cruz, na zona oeste da cidade.

## CONTINUA

Freixo tem, inclusive, dificuldades concretas de penetração nessas regiões. Por causa de sua atuação em uma CPI na Assembleia Legislativa que apurou a atuação das milícias, sofreu ameaças de morte, é obrigado a andar com seguranças e não pode circular livremente por certos bairros dominados pelo crime. Em consequência, o psolista viu-se obrigado a apostar na classe média fluminense, o que o levou a uma opção bizarra: apesar de aceitar o apoio do PT, Freixo não quer nem saber de posar ao lado do ex-presidente Lula. Parte de seus apoiadores tenta convencer os antipetistas com o discurso de que o PSOL fazia oposição a Lula e Dilma Rousseff, enquanto o rival, o bispo Marcelo Crivella, do PRB, foi ministro da ex-presidenta.

**C**rivella, por sua vez, apagou Lula de uma foto durante a campanha no primeiro turno para se sentir mais confortável no ataque a Pedro Paulo, candidato do PMDB e do atual prefeito Eduardo Paes. O pastor é primo de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, e aposta no voto evangélico para finalmente chegar ao poder na cidade, após algumas tentativas fracassadas. A trupe de Crivella tem explorado o conservadorismo contra Freixo, apontado como candidato de “gays, maconheiros e comunistas”. Não se sabe qual dos dois provoca mais calafrios na Rede Globo e nos moradores da zona sul.

Quem tentou surfar no antipetismo e fracassou foi a Rede, de Marina Silva. Em sua primeira eleição municipal, o partido conquistou meras cinco prefeituras no primeiro turno e foi ao segundo em outras três. Em todas venceu com candidatos oriundos da “velha” política, ex-integrantes de legendas como o PP. O município mais relevante até agora é Cabo Frio, no litoral fluminense (100 mil habitantes). A única capital onde ainda tem chance é em Macapá, onde Clécio Luís, ex-PSOL, disputa a reeleição.

Por conta do fracasso e das posições ambíguas, a Rede sofreu ainda com uma debandada de fundadores de peso, entre eles Luiz Eduardo Soares e Liszt Vieira.

A carta de desfiliação desafia críticas duras ao personalismo de Marina e dos rumos da legenda, que teria se construído “como uma legião de pessoas de boa vontade e nenhum rumo”. E prossegue: “A sociedade brasileira não sabe o que pensa a Rede, nem consegue situá-la no espectro político-ideológico. A autoindulgente declaração de respeito às diferenças internas não basta para dar identidade a um partido e justificar a sua existência”. Integrantes do partido rebateram as acusações e amenizaram o episódio ao justificar que divergências são naturais em um partido em fase de estruturação.

**O** PROS e o Solidariedade, de identidade difusa e igualmente estreantes em eleições municipais, saíram-se melhor. O PROS conquistou 53 prefeituras, enquanto o Solidariedade, comandado pelo deputado federal Paulinho da Força, apoiador de primeira hora do golpe e aliado até o fim do peemedebista Eduardo Cunha, levou 62.

O resultado das urnas aumentou a pressão em favor de mudanças no comando do PT. Boa parte das lideranças, a começar pelo atual presidente, Rui Falcão, defende a nomeação de Lula para o posto, sob o argumento de que o ex-presidente seria o único capaz de unificar o partido e evitar uma debandada de filiados. O dia a dia ficaria a cargo de um nome de confiança do ex-presidente, alguém como Gilberto Carvalho. Lula resiste à ideia, mas, diante da falta de opções, talvez venha a ser convencido. O PT trocaria assim a renovação necessária para o futuro pela necessidade imediata de juntar os cacos e cerrar fileiras para 2018.

Há quem continue a pregar a “refundação” do partido e há quem defenda a formação de uma frente ampla de esquerda, nos moldes uruguaios, para enfrentar a disputa presidencial daqui a dois anos. O PT teria, no entanto, de abrir mão da primazia de indicar o cabeça de chapa, caso a candidatura de Lula se torne completamente inviável por uma nada improvável condenação do juiz Sergio Moro.

Uma das opções seria apoiar **Ciro Gomes**, do PDT, em torno de um projeto de desenvolvimento conjunto que envolveria outras legendas. Ao lado do irmão **Cid**, **Ciro** colhe os frutos do bom desempenho de seus candidatos no Ceará e do aumento de prefeituras administradas pelo partido, de 304 para 334.

O assunto provocou embates na reunião da Executiva Nacional do PT, na quarta-feira 5, em Brasília. Após o encontro, o deputado federal **Reginaldo Lopes**, da Secretaria de Assuntos Institucionais, defendeu um processo profundo de reformas, além da simples troca de comando. “Precisa decidir se vai refundar o partido ou fazer a frente de esquerda... Escolher um novo nome é bobagem. Acho que ficou tarde”, disse sobre a possibilidade de indicação de um novo presidente. “Não tem salvador da pátria. Acho que, na situação em que estamos, nem se colocássemos Deus no cargo resolveria.”

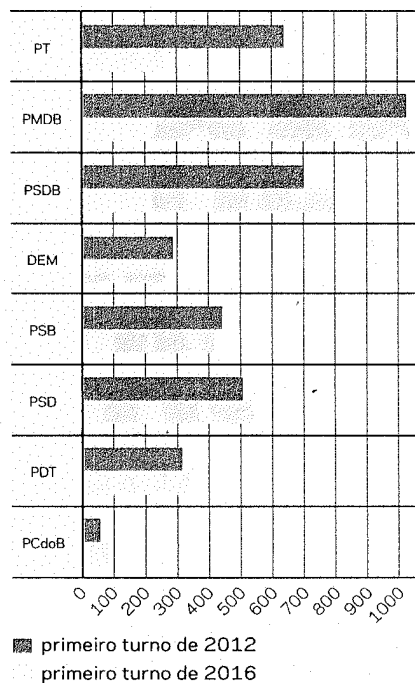
**L**opes foi um dos candidatos derrotados do partido. Ele disputou a prefeitura de Belo Horizonte e terminou em quarto lugar, com 7,27% dos votos. “O PT deve uma resposta à sociedade. Chegou a hora de apresentar um conjunto de ideias para resolver a crise econômica. Ficar só batendo na tecla do golpe não dá. Aí é ficar dentro da bolha que já é nossa”, analisou. **Falcão** atenuou: “Isso é uma opinião pessoal dele”. O principal resultado do encontro foi, porém, a decisão de apoiar “incondicionalmente as candidaturas do PSOL, do PCdoB, da Rede e do PDT nas capitais, bem como daqueles com quem já estivemos no primeiro turno”. Em nota, o PT acrescentou: “Conclamamos a militância a cerrar fileiras em torno das sete candidaturas petistas neste segundo turno: Recife, Juiz de Fora, Santo André, Mauá, Vitória da Conquista, Santa Maria e Anápolis. É decisivo envidar esforços para unir o eleitorado democrático e popular, abrindo nossas campanhas para todos e todas que desejarem compartilhar dessa empreitada”.

O projeto da frente ampla parece ainda em estágio larval, como demonstra a atitude do ex-ministro e deputado federal pelo PCdoB, **Orlando Silva**. Logo após o primeiro turno, o parlamentar foi à paulista São Bernardo do Campo, terra de **Lula**, para declarar seu apoio ao tucano **Orlando Morando**, ainda na disputa. Sobre a decisão, declarou: “Ficar neutro, anular voto ou se abster é renunciar à democracia e renunciar ao direito de participar”. E assim caminha a esquerda. ●

**EM COMPARAÇÃO A 2012, O PT PERDEU 10 MILHÕES DE VOTOS E 242 PREFEITURAS PAÍS AFORA**

### A DESIDRATAÇÃO DO PT

Número de prefeituras conquistadas





08 OUT 2016

## CARTA CAPITAL

### Mino Carta O país do passado

► O Brasil começa seu regresso à condição de colônia, como manda a casa-grande e aprovam, *horribile dictu*, vários moradores da senzala

O governo acaba de lançar uma campanha publicitária à sombra do lema "Vamos tirar o Brasil do vermelho". Campanha maciça e longa, para a alegria da mídia nativa. O *slogan* seria da lavra do secretário-executivo dos Programas de Parcerias de Investimentos, Moreira Franco, e sutilmente teria duplo sentido: de um lado indicaria a determinação de executar um plano de ajuste fiscal feroz, do outro afirmaria o propósito de liquidar de vez a esquerda vermelha. Lembrei-me do tempo em que se acreditava na presença, atrás de cada esquina, de devoradores de criancinhas.

Neste Brasil primário dos dias de hoje, pretensamente atuais e assim mesmo tão vetustos, multiplicam-se os cidadãos altamente habilitados a acreditar em lorotas, sobretudo entre os moradores dos chamados bairros nobres, que de nobre nada têm. O resultado das eleições municipais prova, também e felizmente, a existência de alguns, honrosos núcleos de resistência aos vencedores do golpe mais reacionário da história do País. Salta aos olhos, porém, a impossibilidade de maiores ameaças à tranquilidade da casa-

-grande, quando tantos, inúmeros, relegados à senzala votam no senhor da chibata...

No meu livro *O Brasil*, lançado em 2013, me ponho ousadamente a contar como o primogênito do senhor da casa-grande se torna herdeiro do pai conforme as leis medievais, enquanto o irmão rejeitado e revoltado, Caim da situação, passa a se dizer de esquerda, para arrepiar a família, amigos e apaniguados. Falta-lhe a crença entre o fgado e a alma, falta-lhe, sobretudo, a convicção da urgência de acabar com a senzala. No meu entendimento, é o que explica muito do fracasso da esquerda brasileira, sem contar o comportamento de alguns, saídos

Gomes no Ceará, ou Marcelo Freixo, no Rio. Exemplos, insisto, porque há outros, velhos combatentes sempre alertas.

Sobra a percepção inexorável: houvesse uma esquerda forte, vermelho-carminoso, os cidadãos em boa saúde mental de um país infeliz, embora destinado à felicidade, surgido para ser potência e agora de volta à condição de colônia, estariam a celebrar outro desfecho de uma eleição que sela a vitória do golpe e garante a continuidade do plano celerado que até hoje o guia. O *big-bang* está na eleição de Lula à Presidência, clangor tão ensurdecedor a ponto de não ser ouvido, mas daí se di-

fundiu para alcançar o diapasão mais elevado a partir da segunda eleição de Dilma Rousseff. Agora vibra nos nossos ouvidos, mas para o partido de Lula é tarde.

Se sair do vermelho significa acabar de uma vez por todas com maiores riscos para o sossego da casa-grande, suponho que o momento seja favorável ao atraso ardorosamente buscado pela reação nativa, mesmo porque os ventos vindos do norte neoliberal por ora sopram a favor. Já se significa sair da crise econômica, aqueles cidadãos acima citados fiquem pre-

cavidos. Sair do vermelho, para o governo Temer e quantos o sustentam, é simplesmente vender o Brasil. Como será provado. Confirma-se a normalidade da demência.

E eis que me cai nas mãos a gravura acima, obra de um retratista da casa-grande, um certo Debreit, realista e, portanto, impiedoso. E perfeito até hoje. A mesa, toscos, vulgares donos da casa, caricaturas de uma aristocracia de fanfaria. Compostos, dignos, os escravos. •



Jantar na casa-grande segundo Debreit

da senzala, e ainda assim dispostos a concessões e compromissos, quando não candidatos e inquilinos da mansão nobiliar.

Há figuras de excelente fé em certos redutos que o governo define como vermelhos, mas são exceções, fenômenos escassos. De todo modo, resistentes e autênticos são aqueles que não traíram as palavras de ordem iniciais, bem ao contrário de inúmeros traidores. Aludo a resistentes como, por exemplo, os irmãos

08 OUT 2016

## CARTA CAPITAL

### Internet/ No reino da leviandade

Um desembargador e um major usam as redes sociais para atacar jornalistas

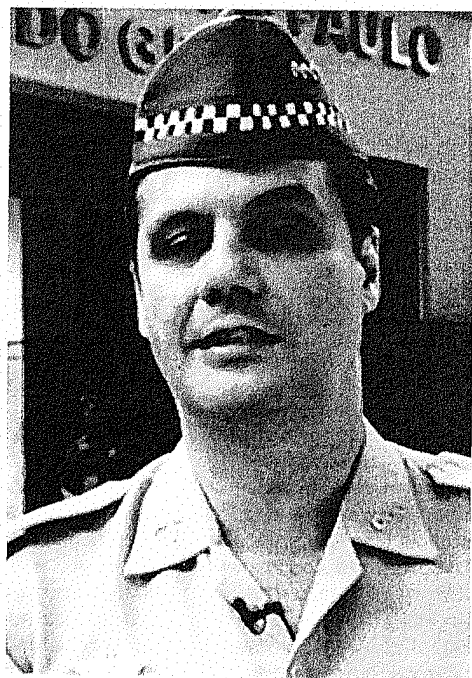
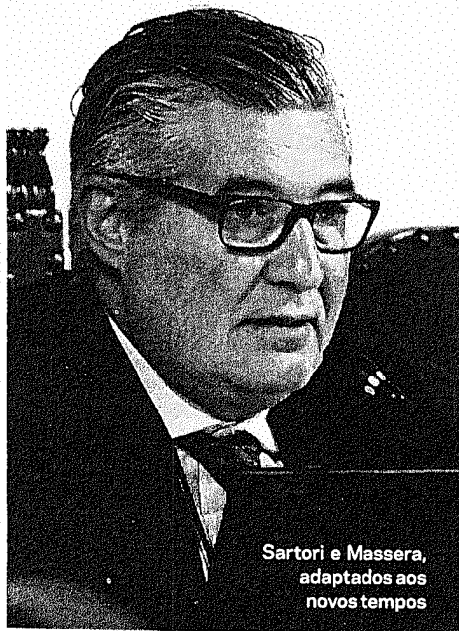
**N**ão bastou anular o júri que havia condenado os 74 policiais militares envolvidos no massacre de 111 presos no Carandiru. O desembargador Ivan Sartori foi além. Incomodado com as críticas à decisão, insinuou que meios de comunicação, além de organizações de defesa dos direitos humanos, seriam financiados pelo crime organizado.

Sartori é aquela típica autoridade que fala grosso com indefesos e fino com quem tem poder. Típicas deste momento brasileiro, aliás. Entre as suas façanhas está a condenação a seis meses de prisão de um homem acusado de roubar cinco salames de um supermercado para matar a fome. Enquanto isso, em seu voto no caso Carandiru, o desembargador ignorou o fato de vários presos terem levado tiros na nuca. Segundo ele, “não houve

massacre, houve legítima defesa”.

Estimulado pela insinuação do magistrado, o major Emerson Massera, porta-voz da Polícia Militar de São Paulo, achou por bem avançar na leviandade. Em uma postagem no Facebook, acusou especificamente o Ponte, site jornalístico dedicado à cobertura de segurança e direitos humanos, de receber dinheiro do crime organizado. Logo depois, Massera apagou o post e enviou a uma jornalista do Ponte um pedido de desculpas. Declarou manter relações de cordialidade com profissionais do site e disse lamentar ter se expressado de “forma infeliz e injusta”. Massera tem um histórico de declarações infelizes e não espanta seu comportamento. Espanta só o fato de ele falar em nome da corporação.

Como se diz na série televisiva *Game of Thrones*, o inverno está chegando.



Sartori e Massera,  
adaptados aos  
novos tempos

08 OUT 2016

## CARTA CAPITAL

**Justiça/ CULPADO, ATÉ QUE SE PROVE O CONTRÁRIO**  
**O STF ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE PRISÃO DE CONDENADOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA**

Por 6 a 5, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua posição a favor da prisão de um condenado a partir de um veredicto em segunda instância. Houve diferença de um voto em relação à análise anterior. Quem mudou de posição foi o ministro José Dias Toffoli. Antes favorável à detenção em segunda instância, Toffoli acatou os argumentos do relator Marco Aurélio Mello, contrário à tese. "A culpa é pressuposto da reprimenda e a constatação ocorre apenas com a preclusão maior. A Carta federal consagrou a excepcionalidade da custódia no sistema penal", discursou Mello.

A possibilidade de prisão a partir do julgamento em segunda instância era uma bandeira do Ministério Público Federal. Espera-se uma enxurrada de pedidos de detenção de quem foi condenado nesta esfera e continua solto. Juristas, advogados e defensores públicos criticaram a decisão e lamentaram o que consideram o "fim da presunção da inocência". Nem todos os integrantes do MP comemoraram. Promotor em Goiás, Haroldo Caetano resumiu ao site jurídico Justificando: "Trocando em miúdo, o tribunal que outrora foi o guardião da Constituição fará valer aquela máxima policial: é inocente, mas vai preso assim mesmo".

# IMPACTO PARANÁ

**JUSTIÇA**

Osmann de Oliveira  
- Advogado

08 OUT 2016

## ENTRE A ABSTENÇÃO E O NULO

O resultado oficial das eleições para prefeitos e vereadores em todo o Brasil não foi bom para a democracia. Muito embora a pregação oficial fosse para a renovação dos quadros políticos a única verdade que se alterou foi a do descrédito.

A maioria dos brasileiros ignorou os programas dos partidos e mesmo muitos nomes dos candidatos.

Alguns atos de violências foram logo sufocados pelas autoridades policiais, civis e militares e o sufrágio foi assegurado. Agora como cada um iria votar, fora nulo ou de modo indiferente, isso era como o foi um problema individual.

A abstenção demonstrou desprezo e a anulação identificou revolta do eleitor ao quadro existente.

Com efeito tempo que os eleitores protestavam contra a situação. Na verdade os mandantes, afora os ladrões que assaltaram as instituições oficiais, procuraram sempre encobrir o sol com a peneira e para compensar o déficit do tesouro simplesmente criaram novos impostos, mais taxas e toda uma série de multas.

O código brasileiro de trânsito, por exemplo, é um calendário de cobranças. Parece até que todo motorista é um bandido. E é de tal modo violento que impõe - só para arrecadar mais dinheiro que todo infrator, atingido vinte pontos de delitos de tráfego, inscreva-se num absurdo sistema de reciclagem tendo a partir daí suspenso o seu direito de dirigir.

Trata-se de aplicação de penas duplas e isso é errado, pois é inconstitucional. Isso repete-se, para não falar da humilhação pela qual todas as pessoas passam.

Foi exatamente por causa disso que o povo se revoltou e pacificamente, anulou votos e se absteve de sufragar nomes.

A continuar esse abuso dias piores virão.

Tomara que os novos titulares de cargos públicos colham exemplos e modifiquem as leis escrachantes que se encontram em vigor.

Por que os juros não baixam? E por que os dignos banqueiros não se compõem com os bancários e lhes paguem melhor? Dinheiro há é só verificar-se os lucros espetaculares que ganham para chegar-se a conclusão de quem ninguém pede demais...

Por enquanto votos foram anulados prazam os céus para que daqui a pouco, a democracia não venha a ser ignorada.

... A queda da bastilha começou assim...